

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LUÍS PAULO STEFANO PAIVA

O EMPREGO DA MB EM OPERAÇÕES DE GLO:

O planejamento militar dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais nas Operações de
Garantia da Lei e da Ordem.

Rio de Janeiro

2018

CC (FN) LUÍS PAULO STEFANO PAIVA

O EMPREGO DA MB EM OPERAÇÕES DE GLO:

O planejamento militar dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais nas Operações de
Garantia da Lei e da Ordem.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antônio Carlos
Rodrigues Martins

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, Criador, Pai e Senhor dos Exércitos, pela sua presença em minha vida e por me conceder saúde, força e sabedoria.

À minha amada esposa Roberta, pelo, amor, carinho, apoio incontestável e compreensão pelos momentos de ausência ao longo deste ano.

Ao meu pai e irmãos, pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao CMG(FN) Júlio César Franco da Costa e aos CF(FN) Adilson Capucci Junior, CF(FN) José Luís de Melo Espiúca e CF(FN) Alex Ribeiro do Nascimento pela disponibilidade nas entrevistas e prestimosa contribuição.

Ao meu orientador, CMG(RM1-FN) Antônio Carlos Rodrigues Martins, pela fidalguia e pelas orientações precisas.

Ao Capitão de Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pelas orientações e sugestões.

Ao meu amigo de turma, CC(FN) Carlos Magno, pela disponibilidade na revisão e correção.

Ao CF(FN) Marcos Paulo Bastos de Souza (em memória), pela amizade e contínuo aprendizado em fazer as coisas de maneira simples, bem feitas e objetivas.

A todos que contribuíram, de maneira direta ou indireta, para a conclusão desta dissertação.

RESUMO

O aumento contínuo da sensação de insegurança nos grandes centros urbanos, tem demonstrado, cada vez mais, a ineficiência dos Órgãos de Segurança Pública no combate ao crime organizado. Tal fato fez com que se intensificasse, nos últimos anos, o emprego das Forças Armadas para restabelecer e preservar a ordem pública, por meio de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, particularmente, em diversas favelas do Estado do Rio de Janeiro. A Marinha do Brasil vem participando, frequentemente dessas operações, empregando meios Navais, Aeronavais e, principalmente, de Fuzileiros Navais. Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é verificar se a metodologia de planejamento militar utilizada nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais empregados nessas operações segue o Processo de Planejamento Militar em sua totalidade. Usando-se da doutrina de planejamento militar, vigente na Marinha do Brasil e no Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América, dos conceitos doutrinários de operações de Garantia da Lei e da Ordem em vigor no Ministério da Defesa e de aspectos das operações que ocorreram no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, procede-se uma análise das peculiaridades e das adaptações na condução do planejamento deste tipo de operação. A pesquisa nos permitiu concluir, de forma aderente à hipótese formulada, que os planejamentos dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais empregados nessas operações foram uma adaptação do Processo de Planejamento Militar. Dessa maneira, este trabalho aponta para a continuidade dos estudos sobre uma metodologia que atenda a necessidade de prontidão do Corpo de Fuzileiros Navais e da Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Processo de Planejamento Militar. Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Marinha do Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Etapas do PPM.....	61
Figura 2 -	Sequência lógica das etapas do PPM.....	61
Figura 3 -	Fases das etapas do PPM.....	62
Figura 4 -	Correlação entre o PPM e a SACEM.....	63
Figura 5 -	Fases do Exame Abreviado da Situação.....	63
Figura 6 -	Correlação entre o MCPP e a R2P2.....	64
Figura 7 -	Diretriz Ministerial nº 16/2017 do Ministério da Defesa.....	65
Gráfico 1 -	Estatística da quantidade das Op GLO de 1992-2018.....	30
Gráfico 2 -	Estatística do tipo de Op GLO de 1992-2018	31
Gráfico 3 -	Estatística das Operações Furacão.....	41
Quadro 1 -	Op GLO segundo tipo.....	29
Quadro 2 -	Op GLO em números relativos, excluindo redundâncias.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB -	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CFN -	Corpo de Fuzileiros Navais
CML -	Comando Militar do Leste
COA -	Course of Action
ComFFE -	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
CmdoTrDbq -	Comando da Tropa de Desembarque
FA -	Forças Armadas
FAB -	Força Aérea Brasileira
FragO -	Fragmentary Ord
DEPAED -	Desenvolvimento do Plano de Ação e Elaboração da Diretiva
DPP -	Diretiva Preliminar de Planejamento
EAS -	Exame Abreviado da Situação
EB -	Exército Brasileiro
EM -	Estado-Maior
EMCj -	Estado-Maior Conjunto
Op GLO -	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
OSP -	Órgãos de Segurança Pública
MB -	Marinha do Brasil
MCP -	Marine Corps Planning Process
MEU -	Maritime Expeditionary Unit
NORFORESQ -	Norma da Força de Fuzileiros da Esquadra
PPM -	Processo de Planejamento Militar
GptOpFuzNav -	Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

PI -	Possibilidades do Inimigo
LA -	Linha de Ação
LD -	Line of Departure
R2P2 -	Rapid Response Planning Process
SACEM -	Seqüencia das Ações de Comando e Estado Maior
SisCOp -	Sistema de Compartilhamento Operacionais
SOP -	Standing Operating Procedures
USMC -	United States Marine Corps

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PLANEJAMENTO MILITAR	13
2.1	O PROCESSO DE PLANEJAMENTO MILITAR.....	13
2.1.1	A Missão e sua Análise.....	16
2.1.2	A Situação e sua Compreensão.....	16
2.1.3	PI, LA e Confronto.....	17
2.1.4	Comparação das Linhas de Ação.....	17
2.1.5	Decisão.....	18
2.2	A SEQUÊNCIA DAS AÇÕES DE COMANDO DO ESTADO-MAIOR (SACEM).....	19
2.2.1	Recebimento da missão.....	19
2.2.2	Orientação inicial ao EM.....	19
2.2.3	Diretiva Preliminar de Planejamento.....	20
2.2.4	Estimativas de Estado-Maior.....	20
2.2.5	Exame da Situação do Comandante.....	20
2.2.6	Decisão.....	21
2.3	PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA RESPOSTAS RÁPIDAS (R2P2).....	21
2.3.1	Enquadramento da Problemática.....	24
2.3.2	Desenvolvimento dos COA.....	25
2.3.3	Jogo de Guerra do COA.....	25
2.3.4	Comparação das LA e Decisão.....	25
3	A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	27
3.1	HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES.....	27
3.2	CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES.....	31
3.2.1	Inteligência e Contraineligência.....	31
3.2.2	Limitação do uso da força e das restrições à população.....	32
3.3	O PREPARO E EMPREGO DA MB.....	33
4	AS OP GLO NO PERÍODO DE JULHO DE 2017 A JANEIRO DE 2018	35
4.1	O PLANEJAMENTO DO COMPONENTE DE COMANDO.....	36

4.1.1	1ª Pergunta.....	36
4.1.2	2ª Pergunta.....	37
4.1.3	3ª Pergunta.....	37
4.1.4	4ª Pergunta.....	38
4.1.5	5ª Pergunta.....	41
5	A DOCTRINA DE PLANEJAMENTO MILITAR NAS OPERAÇÕES FURACÃO.....	43
5.1	CONSIDERAÇÕES.....	43
5.2	SIMILARIDADES.....	45
5.3	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	46
6	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA.....	52
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA - 1.....	53
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA - 2.....	55
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA - 3.....	57
	APÊNDICE E - FLUXOGRAMA.....	60
	ANEXO A - ILUSTRAÇÕES.....	61

1 INTRODUÇÃO

Praticamente, todas as regiões do Brasil vivenciam uma situação muito preocupante, face a crescente onda de violência proporcionada pelo crime organizado, particularmente o Estado do Rio de Janeiro. As facções criminosas proporcionam um crescimento indiscriminado da violência, tendo como fator preponderante o tráfico de drogas. Tais facções adquiriram armamentos de diversos calibres, incluindo os de uso restrito das Forças Armadas (FA) e dominaram territórios onde o Estado se faz ausente.

O aumento contínuo da violência, conseqüentemente, gera uma constante sensação de insegurança nos grandes centros urbanos. Tal situação demonstra, cada vez mais, a ineficiência dos Órgãos de Segurança Pública no combate ao crime organizado. Tal fato fez com que se intensificasse, nos últimos anos, o emprego das FA para restabelecer e preservar a ordem pública, por meio de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), particularmente, em diversas favelas do Estado do Rio de Janeiro (RJ). A situação da Segurança se agravou de tal maneira que levou a assinatura do decreto presidencial de 28 de julho de 2017, que autorizou o emprego das FA para a Garantia da Lei e da Ordem, em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, até 31 de dezembro de 2018.

A Marinha do Brasil (MB) vem participando, frequentemente, das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), empregando meios Navais, Aeronavais e, principalmente, de Fuzileiros Navais. O presente trabalho visa o estudo do emprego da MB, em Op GLO, particularmente, o Processo de Planejamento Militar (PPM) utilizado pelos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)¹ para as operações.

Para atingir tal propósito, o autor fez uso de sua experiência, uma vez que serviu durante dois anos no Comando da Tropa de Desembarque de Fuzileiros Navais, no Complexo

¹ GptOpFuzNav é uma organização para o combate nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, e que reúne os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades (BRASIL, 2013).

Naval Caxias Meriti, no Rio de Janeiro, e por ter participado, diretamente, nas operações de Garantia da Lei e da Ordem em diversas comunidades do Rio de Janeiro. Utilizou, também, recursos de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas, para a estruturação do trabalho.

O GptOpFuzNav, particularmente o Componente de Comando, deve estar preparado para planejar e empregar os meios disponíveis neste contexto das Op GLO de forma eficiente, eficaz e rápida, para permitir que os demais componentes subordinados realizem um planejamento adequado para o sucesso da operação. Por isso, a análise das características e peculiaridades das operações realizadas neste período torna-se fundamental para verificar como o PPM tem sido empregado pelos GptOpFuzNav.

A seguinte questão de pesquisa foi colocada: o planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada na MB, em sua totalidade, nas Op GLO no período de Julho de 2017 a janeiro de 2018? Para respondermos a essa questão serão analisados os conceitos de Planejamento militar, bem como as peculiaridades das operações, no referido período. A partir das análises, concluir-se-á sobre como se comportou a metodologia de planejamento para, ao final do estudo, verificar a validade ou não da hipótese formulada. A hipótese é que o planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav empregados nas Operações de GLO, no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, foi adaptado.

Assim, de forma a verificar a metodologia de planejamento utilizada e responder a questão de estudo proposta, foi escolhido a análise do emprego dos GptOpFuzNav no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, já que ocorreram várias operações neste período.

O estudo limitar-se-á, no que tange ao PPM, a entender como foi o planejamento das operações, somente, no componente de comando, não se aprofundando no estudo da metodologia do planejamento dos demais componentes subordinados.

O presente trabalho desenvolver-se-á em quatro capítulos, além da conclusão. O

primeiro apresentará conceitos acerca da metodologia do planejamento militar, à luz da doutrina vigente na Marinha do Brasil (MB) e um processo utilizado pelo *United States Marine Corps* (USMC²), de forma a haver uma ambientação acerca do assunto em tela, citando suas características e particularidades.

No segundo capítulo, serão abordados os aspectos inerentes da Garantia da Lei e da Ordem e as peculiaridades das Op GLO, que respaldam as ações realizadas nesse tipo de operação.

No terceiro capítulo, serão estudadas as Op GLO que ocorreram no período citado anteriormente, de forma a identificar como foi o planejamento do Componente de Comando do GptOpFuzNav empregado.

Já no último capítulo do desenvolvimento, será mostrada uma correlação entre o PPM e a metodologia empregada para planejar as operações desencadeadas, onde será possível apresentar argumentos que evidenciem a questão de estudo neste trabalho, comprovando ou não a aplicação do PPM em sua totalidade ou se houve a necessidade de adaptação da metodologia em função do tipo de operação.

Finalmente, no último capítulo do trabalho, em decorrência lógica dos que o precedem, serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

² Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (tradução nossa).

2 O PLANEJAMENTO MILITAR

Segundo Silva (2007, p. 54), um método de planejamento militar é definido como:

Um método de planejamento militar visa servir de guia a um comandante, e seu estado-maior, no ordenamento e análise de dados, na identificação dos aspectos relevantes de um problema e na elaboração das possíveis soluções para o mesmo. Não constitui um fim em si mesmo, mas antes um meio, um instrumento útil a ser adequadamente empregado sem perder de vista à verdadeira finalidade do processo: o cumprimento de uma missão atribuída àquele comandante, ou por este assumida, da forma mais eficiente possível.

Conforme a definição anterior, uma operação militar será bem sucedida, devido, em maior parte, a um planejamento metuculoso que busca elaborar um plano viável para solucionar o problema apresentado, cujo responsável é o Comandante - “no PPM utiliza-se a palavra Comandante para indicar o oficial que está no exercício de um Comando e que está resolvendo um Problema Militar³. Tal oficial poderá ser de qualquer patente, tendo em vista que o método em questão é aplicável nos diversos escalões da hierarquia militar (BRASIL, 2006)”.

Com o aumento da demanda pelo emprego de forças militares em um ambiente cada vez mais conturbado e visando a permitir um melhor entendimento da importância de uma rápida e adequada preparação para a solução de um problema militar, este capítulo abordará algumas concepções teóricas sobre algumas metodologias de planejamento militar vigentes na MB e no USMC.

A seção a seguir abordará alguns conceitos sobre o PPM, que permitirão ter uma visão ampla sobre os aspectos que deverão ser considerados nas demais metodologias de planejamento.

³ Problema Militar: é aquele que surge da alteração de uma situação em que se fazem presentes forças antagônicas, sendo pelo menos uma militar. Sua solução, para um dos contendores, visará ao restabelecimento da situação anterior ou à criação de outra situação que lhe seja favorável (BRASIL, 2006).

2.1 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO MILITAR

O Processo de Planejamento Militar permaneceu como método de planejamento utilizado na Marinha do Brasil, ou seja, pelos Estados Maiores de Forças Navais, envolvidos nos planejamentos de operações nas quais não haja participação de efetivos ponderáveis do Exército Brasileiro ou (EB) ou da Força Aérea Brasileira (FAB) (SILVA, 2007).

O PPM é um processo de planejamento padronizado que procura sistematizar, de forma racional e objetiva, o levantamento, a análise e a síntese de evidências. Idealizado como uma ferramenta, o PPM não tem o objetivo, de maneira alguma, de tolher a criatividade, o conhecimento, experiência profissional, e inteligência do Comandante e dos oficiais do seu Estado-Maior⁴ (EM). Pelo contrário, ele apenas baliza e aproveita dessas qualidades para alcançar uma solução, bem respaldada, para o Problema Militar (BRASIL, 2006).

Por outro lado, o PPM pode servir também como base de raciocínio, utilizando-se de alguns ajustes, para o planejamento do emprego operativo de meios em situações que não constituam “problemas militares” propriamente ditos, tais como: ações de caráter humanitário (em apoio a órgãos da Defesa Civil), Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Missões de Paz etc (SILVA, 2007).

No âmbito da MB, o PPM é concebido em três etapas: Exame de Situação, Desenvolvimento do Plano de Ação e Elaboração da Diretiva (DEPAED) e Controle da Ação Planejada (FIG.1). Na FIG.2, observa-se a sequência lógica das etapas do processo, representada pelas linhas contínuas, ao passo que as linhas tracejadas representam, caso necessário, o retorno a etapa anterior para revisá-la (BRASIL, 2006).

A primeira etapa, ou seja, o Exame da Situação consiste no alicerce para todo o processo. O Comandante identifica o Problema Militar, efetua uma detalhada análise da sua

⁴ Estado-Maior: órgão destinado a assessorar o Comandante no exercício do comando (BRASIL, 2015).

Missão e, com o assessoramento do seu do Estado-Maior, busca conhecer e compreender os fatos referentes à área de operações, às Forças combatentes e aos fatores de tempo e distância (FTD). Após essa minuciosa verificação, o Comandante irá formular as Possibilidades do Inimigo⁵ (PI), as suas possíveis Linhas de Ação⁶ (LA), efetuar um Confronto entre cada uma dessas PI e LA e, ao final desta Etapa, realizará uma avaliação da Linha de Ação que melhor cumprirá a sua Missão, ou seja, chegará à Decisão, com um estudo detalhado que vai respaldá-la (FIG.3) (BRASIL, 2006).

Na etapa seguinte, denominada Desenvolvimento do Plano de Ação e Elaboração da Diretiva (DEPAED), o Comandante elabora um plano de ação, suficientemente detalhado, para apresentar aos seus subordinados e demais comandos interessados, por meio de uma Diretiva⁷, como a Decisão será executada, incluindo as instruções que lhe permitirão conduzir um eficiente controle da ação planejada (FIG.3) (BRASIL, 2006).

Finalmente, a etapa do Controle da Ação Planejada, etapa essa em que o Comandante realiza o acompanhamento das operações e verifica se estão sendo executadas conforme o planejado. Intervindo, caso haja necessidade para assegurar o cumprimento de sua Missão (FIG.3) (BRASIL, 2006).

O PPM possui como características ser: flexível, cíclico e contínuo. Flexível porque pode ser usado na solução de qualquer problema militar, simples ou complexo, estratégico, operacional ou tático, não sendo suas etapas rígidas, podendo ser desenvolvidas ou mesmo eliminadas. O método de planejamento é que deve adaptar-se ao problema. Cíclico porque se pode desenvolver as mesmas partes tantas vezes quanto for necessário, a luz de novos fatos ou

⁵ Possibilidade do Inimigo é uma ação que o inimigo é capaz de adotar e que deve preencher dois aspectos: ser compatível com os meios de que ele dispõe e capaz de interferir ou afetar o cumprimento da Missão do Comandante.

⁶ Linha de Ação: solução possível que pode ser adotada para o cumprimento de uma missão (BRASIL, 2015).

⁷ No PPM, trata-se de um documento operativo no qual um Comandante expõe o seu pensamento, decisão e determinação. Normalmente, é escrito de forma padronizada e pode ser transmitida por qualquer meio de comunicação (BRASIL, 2006).

por necessidade de melhor análise. Contínuo porque o planejamento só se encerra com a solução do problema, ou seja, o cumprimento da missão (BRASIL, 2006).

Dentre essas etapas, o “Exame de Situação” ou equivalente nas demais metodologias de planejamento será o foco deste estudo, uma vez que conduz a análise do problema militar, possibilitando, dessa maneira, visualizar as possíveis Linhas de Ação, a tomada de decisão e a concepção de como implementá-la.

A etapa do Exame da Situação é constituída por cinco Fases que acontecem em sequência lógica, contudo, algumas vezes é necessário retornar às Fases anteriores para reexaminar os fatores pouco analisados, acrescentar outros novos ou, até mesmo, eliminar fatores que se mostraram irrelevantes, o que realça a característica cíclica do Processo (FIG.3) (BRASIL, 2006).

2.1.1 Fase 1- A Missão e sua Análise

Nesta Fase, o Comandante deve formar uma ideia clara e completa do Problema Militar, antes de solucioná-lo. Sendo necessário incluir a compreensão do(s) seu(s) Efeito(s) Desejado(s) e o(s) do seu Superior. Este estudo possibilita compreender a relação do seu problema com o de seu superior e de outros Comandantes que participarão da operação (BRASIL, 2006).

2.1.2 Fase 2- A Situação e sua Compreensão

Na sequência, na fase 2, o Comandante fará, auxiliado pelo seu EM, um estudo da Área de Operações e dos Poderes Combatentes, avaliando os fatos pertinentes. Essas avaliações, sob a forma de conclusões, serão valiosas durante todo o resto do planejamento, servindo de base para o estabelecimento da Decisão, pelo Comandante (BRASIL, 2006).

2.1.3 Fase 3- PI, LA e Confronto

Dando prosseguimento no estudo, na fase 3, serão levantadas, validadas e ordenadas as PI, levando em consideração se o inimigo pode executar a ação, o seu efeito desejado e, caso o faça, se ela afeta a sua Missão. Serão elaboradas LA visualizadas para o emprego da Força como um todo, com base nos dados concretos e conclusões obtidas na fase anterior e submetidas a um teste de adequabilidade⁸, exequibilidade⁹ e aceitabilidade¹⁰. Finalizando, cada LA será confrontada com uma das PI para se chegar a conclusões que proporcionarão a base das respectivas vantagens, desvantagens e méritos relativos sejam perfeitamente relacionadas para efetuar a comparação na fase seguinte (BRASIL, 2006).

2.1.4 Fase 4- Comparação das Linhas de Ação

Seguindo para a fase 4, o Comandante seleciona a melhor LA para o cumprimento da sua Missão. Essa seleção baseia-se nas vantagens e desvantagens de cada LA, caso fosse utilizada. Tais vantagens e desvantagens são identificadas respondendo algumas perguntas, que não serão citadas neste trabalho, ou observando a aplicação dos Princípios de Guerra¹¹ (BRASIL, 2006).

⁸ Uma LA é adequada se puder, por si só, cumprir a Missão (BRASIL, 2006).

⁹ Uma LA é exequível se puder ser implementada com as Forças, apoio e tecnologia disponíveis, mesmo em face da oposição do Inimigo (BRASIL, 2006).

¹⁰ Uma LA é aceitável se os prováveis resultados compensam os custos estimados. Tais perdas referem-se a pessoal, material, tempo e posição. (BRASIL, 2006).

¹¹ São preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares ao longo da história e apresentam variações no espaço e no tempo. Orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução da guerra sem, no entanto, condicionar suas decisões. (BRASIL, 2017).

2.1.5 Fase 5- Decisão

Finalmente, na fase 5 do Exame da Situação, o Comandante enuncia, em termos de Decisão, a LA selecionada. A Decisão deve expressar um plano de ação geral para o cumprimento da Missão (BRASIL, 2006).

O Exame da Situação deverá ser tão profundo quanto a complexidade da Situação o exigir e tão abreviado e focalizado quanto a disponibilidade de tempo exigir. A sua extensão poderá variar desde um rápido exame mental, em que é feito o Exame Abreviado da Situação (EAS), até a elaboração de um minucioso documento, o “Exame da Situação”, que pode exigir dias de trabalho do Comandante e seu EM (BRASIL, 2006).

O EAS, utilizado para a tomada de decisões rápidas, é empregado, normalmente, durante o desenrolar da terceira Etapa do PPM e foi idealizado para ser executado de forma mental. Nesse método, serão analisados apenas os aspectos mais relevantes da situação, visando identificar as ações necessárias à solução do problema apresentado, sendo essa a principal diferença em relação ao PPM (BRASIL, 2006).

Essa metodologia de planejamento não é distinta do PPM, pois praticamente todos os seus conceitos (à exceção das “Restrições Fundamentais¹²”) provêm do PPM; mais apropriadamente, poderia ser dito que o EAS consiste numa particularização do PPM para situações onde haja exiguidade de tempo (FIG.5) (BRASIL, 2006).

Dando continuidade a este capítulo, na próxima seção será apresentada uma outra metodologia de planejamento militar que também é vigente na MB que é a Sequência das Ações

¹² Expressão utilizada para resolver problemas onde o inimigo não esteja presente, o termo “Possibilidades do Inimigo poderá ser substituído por Restrições Fundamentais (RF), as quais têm origem em fatores adversos que se oponham às possíveis soluções a serem empreendidas pelo Comandante. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

de Comando e Estado-Maior. Serão apresentadas suas particularidades e a semelhança deste processo com o PPM.

2.2 A SEQUENCIA DAS AÇÕES DE COMANDO DO ESTADO-MAIOR (SACEM)

Essa metodologia consiste em roteiro para o desenvolvimento de ações por um Comandante e seu Estado-Maior (EM) na execução do Processo de Planejamento Militar. A SACEM, visa ordenar os trabalhos do Comandante e de seu EM, conferindo-lhes maior eficiência, podendo ser empregada em qualquer tipo de operação e por qualquer escalão que possua EM e transcorre na seguinte sequência: (FIG.5) (BRASIL, 2008).

2.2.1 Recebimento da missão

Após o recebimento da missão, inicia-se o planejamento, equivalente ao seu Exame da Situação (1ª etapa do PPM), segundo a orientação apresentada na fase 1, A Missão e sua Análise. Antes mesmo de concluir essa fase, o Comandante apresenta os principais pontos da sua análise ao seu EM e determina a elaboração de "estimativas preliminares". Os conhecimentos não obtidos e imprescindíveis ao prosseguimento do planejamento poderão transformar-se em Hipóteses Básicas¹³ (BRASIL, 2008).

2.2.2 Orientação inicial ao EM

Neste momento, o Comandante reúne o seu EM para apresentar a sua Análise da Missão e expressar suas recomendações e intenções para prosseguir o planejamento. O EM apresenta as estimativas preliminares, com os dados disponíveis até então. Dentre as estimativas

¹³ É uma suposição acerca da situação existente ou uma pressuposição sobre o futuro curso dos acontecimentos. Substitui o lugar de um conhecimento indispensável (referente à própria Força ou ao Inimigo), mas que não está disponível no momento e é imprescindível para permitir que o Comandante a prosseguir no seu planejamento (BRASIL, 2006).

preliminares, destaca-se com maior importância, a estimativa preliminar de inteligência. Também durante essa orientação é apresentado um calendário do planejamento (BRASIL, 2008).

2.2.3 Diretiva Preliminar de Planejamento

Após efetuar a orientação inicial do EM, o Comandante, assessorado por seu EM, prossegue o Exame da Situação, abordando a fase 2, A Situação e sua Compreensão e a fase 3, Possibilidades do Inimigo (PI), Linhas de Ação (LA) e Confronto (sem executar o confronto); Com referência nesses estudos, preparará uma nova orientação, que receberá o título de Diretiva Preliminar de Planejamento¹⁴ (DPP). Embora esta diretiva seja dirigida para o seu EM, ela pode ser encaminhada ou divulgada oralmente para os componentes subordinados, servindo como uma Ordem Preparatória (BRASIL, 2008).

2.2.4 Estimativas de Estado-Maior

Trata-se de uma análise lógica e ordenada de todos os fatores que afetam o cumprimento da missão. Inicia-se com o conhecimento da operação a ser desencadeada (estimativas preliminares). As Estimativas constituem um processo contínuo em todo o planejamento, só podendo ser complementadas com o recebimento, pelo EM, da DPP. As conclusões e sugestões apresentadas nas Estimativas serão consideradas no Exame de Situação do Comandante, junto com os demais aspectos levantados no confronto (BRASIL, 2008).

2.2.5 Exame da Situação do Comandante

¹⁴ Documento normalmente empregado pelo comandante de uma Força nucleada por Fuzileiros Navais, em sua sequência de ações de comando e de estado-maior, para a execução do processo de planejamento militar que consolida as informações, estimativas e orientações existentes até o levantamento das possibilidades do inimigo, e as LA, fornecendo orientação precisa aos trabalhos de planejamento (BRASIL, 2015).

Nesta atividade, o comandante concluirá a fase 3, PI, LA e Confronto, e realizará a fase 4, Comparação das LA, por meio do resultado da integração dos estudos realizados pelo EM, de todos os fatores que afetam o problema, de modo a permitir a seleção da Linha de Ação que melhor atenda ao cumprimento da missão. O Exame da Situação tem início quando o Comandante recebe sua missão e só pode ser completado após o recebimento das Estimativas do EM (BRASIL, 2008).

2.2.6 Decisão

Após a seleção da Linha de Ação, o Comandante formula sua Decisão que expressa um plano de ação de forma geral para o cumprimento da missão, e concluindo a 1ª etapa do PPM (BRASIL, 2008).

Observa-se que a metodologia de planejamento da SACEM, empregada pelos oficiais planejadores dos GptOpFuzNav, é utilizada para elaborar planos completos e bem estruturados que demandam uma considerável disponibilidade de tempo. Na seção seguinte, será apresentado um método de planejamento militar utilizado pelo USMC, para respostas rápidas em situação de crise.

2.3 PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA RESPOSTAS RÁPIDAS (R2P2)

O importante é que todos nós entendamos que a doutrina e o processo do MCPP¹⁵ (Marine Corps Planning Process) coloca todos no mesmo campo, fornecendo um ponto de partida e um conjunto de procedimentos comuns. O processo pode ser modificado e adaptado conforme as circunstâncias e o tempo permitirem. A outra ferramenta necessária durante o planejamento é o planejamento de resposta rápida R2P2¹⁶ (Rapid Response Planning Process). O MCPP e o R2P2 são complementares e foram extremamente valiosos durante as operações de combate, quando a velocidade era essencial para criar a próxima ordem fragmentária (FragO) para as unidades subordinadas. O plano de "abertura do jogo" da divisão era um plano completo que

¹⁵ Sigla de Processo de Planejamento do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense. (USA, 2016, tradução nossa).

¹⁶ Sigla de Processo de Planejamento para Respostas Rápidas do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense (USA, 2016, tradução nossa)).

mudou horas antes de cruzar o LD¹⁷ (Line of Departure) devido a uma situação favorável e à avaliação da inteligência do inimigo. Lembre-se, a pessoa do outro lado do LD tem uma mente própria. Durante o ataque da divisão ao norte de Bagdá, nossas células de planejamento publicaram nada menos que 30 FragOs que incluíram mudanças nos principais esforços, reorganizando as unidades de assalto, mudando de direção e conduzindo operações em terrenos urbanizados. Essas FragOs foram emitidas com uma transição quase ininterrupta entre planejadores e operadores, como você poderia encontrar naquele caótico campo de batalha. Como isso foi feito? Planejadores experientes, treinados e testados em Camp Pendleton, Twentynine Palms e Kuwait, todos entenderam, muitos meses antes de cruzar o LD, que qualquer dia poderia ser seu último antes do combate, e nós tínhamos que aproveitar ao máximo todos os dias. A divisão assumiu em agosto de 2002 que toda semana era a nossa última semana em paz. (LETHIN, 2004, p. 21, tradução nossa)¹⁸.

As unidades do USMC empregam uma metodologia de seis etapas MCPP (FIG.6) que ajuda a organizar os processos de pensamento do comandante e da equipe durante o planejamento e execução de operações militares. Ele se concentra na ameaça e é baseado na filosofia de guerra de manobras do Corpo de Fuzileiros Navais estadunidense. Ele capitaliza no princípio da unidade de comando e apoia o estabelecimento e a manutenção do ritmo. As seis etapas consistem em: análise de missão; desenvolvimento de curso de ação; análise de curso de ação; comparação / decisão; e desenvolvimento de ordens e transição (USA, 2016).

O R2P2 é empregado quando se necessita operar com restrição de tempo que impede o uso total do MCPP. O R2P2 é uma versão abreviada do MCPP de seis etapas. A velocidade que uma unidade pode planejar uma operação varia de acordo com a complexidade da missão, a experiência do Comandante e seu EM e dos fatores da decisão (FIG.6) (USA, 2016).

¹⁷ Sigla de Linha de Partida. (tradução nossa)

¹⁸ No original: “What is important is that we must all understand the doctrine and process of MCPP places everyone on the same playing field, providing a common point of departure and set of procedures. The process can be modified and adapted as circumstances and time allow. The other tool required during planning is the ability to conduct planning, much like the rapid response planning process (R2P2). MCPP R2P2 are complementary and were extremely valuable during combat operations when speed was essential to getting the next fragmentary order (FragO) to subordinate units. The division's "opening gambit" plan was a thorough plan that changed hours before crossing the LD due to a fluid friendly situation and the assessment of enemy intelligence. Remember, the guy across the LD has a mind of his own. During the division's attack north to Baghdad, our OPT published no fewer than 30 FragOs that included changing main efforts, reorganizing the assault units, changing directions, and conducting operations on urbanized terrain. These FragOs were issued with as near a seamless transition between planners and operators as you could find on that chaotic battlefield. How was this done? Experienced planners, trained and tested at Camp Pendleton, Twentynine Palms, and Kuwait, all understood many months prior to crossing the LD that any day could be their last before combat, and we had to make the most of every day. The division assumed back in August 2002 that every week was our last week at peace”.

Um planejamento rápido bem-sucedido requer um elevado nível de prontidão da unidade em termos de disponibilidade de um banco de dados de inteligência e demais informações atualizadas; experiência de planejamento; uma preparação detalhada na organização, treinamento e equipamento; e SOPs (Standing Operating Procedures) altamente detalhados e bem ensaiados. Comandantes e planejadores devem estar completamente familiarizados com potenciais contingências, e cada elemento, envolvido no planejamento da operação, deve conhecer seu papel no processo (USA, 2016).

Essa metodologia de planejamento foi inicialmente concebida para permitir que uma MEU¹⁹ (SOC) planeje e inicie a execução de algumas tarefas dentro de um período de 6 horas. Outros tipos de unidades também podem usar as técnicas de planejamento rápido, ao operar sob uma restrição de tempo. Embora as técnicas do R2P2 enfoquem a MEU (SOC) e sua linha de tempo de 6 horas, essas técnicas podem ser adaptadas e empregadas em prazos mais longos para atender às necessidades de qualquer unidade. O planejamento rápido, quando utilizado por unidades que não são uma MEU (SOC), é geralmente mais eficaz ao conduzir missões de rotina, missões padrão ou tarefas para as quais a unidade foi bem treinada e estabeleceu procedimentos operacionais padronizados (USA, 2016).

Para cumprir com sucesso os cronogramas específicos da metodologia do R2P2, a unidade deve fazer preparativos significativos em quatro importantes áreas antes de empreender

¹⁹ Equivalente aos nossos GptOpFuzNav nível Unidade Anfíbia é uma unidade expedicionária marítima (especial), é ampliada com pessoal e equipamentos selecionados, treinados e equipados com uma capacidade aprimorada para conduzir operações anfíbias e uma variedade de missões especializadas, de alcance e duração limitados (USA, 2016).

uma missão, quais sejam: células de planejamento²⁰, SOPs²¹, antecipação e inteligência²² e fluxo de informações²³. No caso de um desses quatro requisitos não puder ser atendido, um planejamento eficaz em poucas horas não seria possível (USA, 2016).

A sequência das etapas do R2P2 (dentro do tempo estabelecido para o processo) são o Enquadramento da Problemática, Desenvolvimento do COA²⁴ (Course of Action); Jogo de Guerra; Comparação dos COA e Decisão; Desenvolvimento de Ordens e Transição. Para efeito deste trabalho será considerado o estudo somente até a Decisão, conforme foi citado anteriormente (USA, 2016).

2.3.1 Enquadramento da Problemática (0:00 até 0:30)

Durante esta etapa é efetuada a análise da Missão (observando os fatores da decisão), é realizada a orientação do Comandante e sua intenção; é emitida uma Ordem de Alerta; é estabelecido uma linha do tempo para o planejamento; é elaborado um plano de

²⁰ O comandante da missão estabelecerá sua própria célula de planejamento de missão para planejar os detalhes da operação e uma segunda célula deve estar preparada para assumir o planejamento de uma missão de reserva. Além disso, uma célula separada de planejamento de missão de reconhecimento e vigilância é estabelecida para planejar esse aspecto de qualquer operação. Cada célula de planejamento da missão deve incluir a representação apropriada de especialistas relevantes (por exemplo, assuntos aéreos e de logística e representantes da Marinha). A manutenção de grupos de células de planejamento permanentes durante todo o trabalho e a implantação acelerará e aprimorará o processo de planejamento (USA, 2016).

²¹ São procedimentos padrões que são fundamentais para o planejamento rápido e devem ser de conhecimento de todos os envolvidos. Os SOPs permitem que os principais elementos subordinados realizem tarefas familiares de maneira eficaz e eficiente, com o mínimo ou nenhum nível de orientação ou comunicação de nível superior. devem ser elaborado para cada tipo de missão e deve incluir uma organização de tarefas pré-designada; listas de equipamento e munições; procedimentos de execução da missão e uma lista de verificação de execução com palavras-código (USA, 2016).

²² Os comandantes e suas equipes devem prever possíveis contingências com base na análise contínua de notícias de fontes abertas e relatórios de inteligência. Para cada situação, as equipes preparam uma pasta em banco de dados contendo informações atualizadas, possíveis alvos, estudos de área e outras informações relevantes. Revisões periódicas de possíveis contingências manterão a consciência situacional e auxiliarão na atualização das pastas. (USA, 2016).

²³ Devido às limitações de tempo inerentes ao planejamento rápido, há poucas oportunidades para o comandante e sua equipe considerarem quais informações são necessárias e procuradas. Embora a tecnologia de computadores esteja aumentando a velocidade e o volume do fluxo de informações, a superabundância de informações pode obscurecer fatos vitais. É essencial que todos os participantes do processo de planejamento percebam a importância de sua especialidade e tomem medidas positivas para compartilhar esse conhecimento. Comandantes e funcionários devem possuir a capacidade de apresentar informações claras e concisas. Apresentações complexas têm um impacto negativo no planejamento, reduzindo a absorção de conhecimento vital e impedindo a tomada de decisões (USA, 2016).

²⁴ Equivalente a Linha de Ação, no PPM.

Reconhecimento e Vigilância; é feito um levantamento das deficiências e é designado o Comandante da Missão (USA, 2016).

2.3.2 Desenvolvimento dos COA (0:30 até 0:50)

Nesta etapa é apresentado os planos de Reconhecimento e Vigilância; são elaboradas os COA; são elaborados a organização por tarefas, os planos de movimento e de apoio de fogo; é feito o levantamento da necessidade de equipamentos especiais e atualização da linha do tempo (USA, 2016).

2.3.3 Jogo de Guerra do COA (0:50 até 1:10)

O jogo de guerra do COA examina e refina a (s) opção (ões) à luz das capacidades e ações / reações inimigas, bem como das características peculiares ao ambiente operacional, tais como clima, terreno, cultura e a reação dos civis. Esse exame detalhado do ambiente operacional e possíveis reações inimigas deve forjar uma maior compreensão do ambiente, do problema e das possíveis soluções (USA, 2016).

2.3.4 Comparação das LA e Decisão (1:10 até 1:30)

Da mesma forma que no PPM, durante a comparação e decisão do COA, o Comandante analisa os prós e contras da (s) opção (ões) e decide como ele cumprirá a missão, aprovando um COA conforme formulado ou assimilando o que foi aprendido em um novo COA que talvez precise ser desenvolvido um outro jogo de guerra (USA, 2016).

Em virtude de tudo que foi mencionado, observa-se que o sucesso do R2P2 é alcançado por meio da simultaneidade do andamento do processo com a preparação dos requisitos da missão, o que permite ao Comandante um maior envolvimento para chegar a uma

Decisão em poucas horas em vez de dias ou até semanas utilizando o MCPP para o planejamento. Da mesma maneira, pode-se inferir que também ocorreria utilizando a metodologia do PPM e a SACEM.

Outro aspecto que se destaca é o fato de demandar um elevado nível de prontidão da unidade em termos de Procedimentos Operativos Padronizados, adestramento, banco de dados, disponibilidade de agências de busca e integração com o escalão superior durante o processo de planejamento.

3 A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Com a proclamação da República em 1889, através do Decreto nº 1, de 15 de novembro²⁵ daquele ano, o então governo provisório, ao estabelecer a forma de Governo da Nação Brasileira – República Federativa – colocou sob responsabilidade dos governos dos estados federados a manutenção da ordem e da segurança pública, assim como da defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, mas em caráter suplementar, apesar da autonomia dos estados, estabeleceu a intervenção do Governo Provisório mediante emprego das Forças Armadas, onde a ordem pública estivesse perturbada e faltassem ao Governo local os meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas. Antes mesmo da promulgação da primeira Constituição Republicana (1891), consagrou-se a previsão da intervenção da União nos Estados membros com o emprego das Forças Armadas para recuperar a ordem pública e assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e restabelecer a livre ação das autoridades constituídas.:

Art 5º - Os Governos dos Estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros.

Art 6º - Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde falem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas (FERREIRA, 2012, p. 23).

3.1 HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES

Ao longo do tempo, a competência das FA não sofreu alterações significativas, no seu emprego histórico, sempre esteve relacionada à Defesa da Pátria em relação ao exterior e à manutenção das leis no interior do Estado (Constituição de 1891, Artigo 14²⁶; Constituição de 1934, Artigo 162²⁷; Constituição de 1946, Artigo 177²⁸; Constituição de 1967, Artigo 92, §1º²⁹ e finalmente na Constituição de 1988, no Artigo 142³⁰).

Sendo assim, observa-se que, embora a referência ao emprego das FA em atividades de segurança pública já se fizesse presente em Constituições anteriores, a atuação das Forças

²⁵Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/18241899/constituicao3508124fevereiro189153269-9-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁶Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934365196-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁷Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946365199-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁸Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro1967365194-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

²⁹Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

³⁰Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar-97-9-junho-1999-377583-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Armadas na garantia da lei e da ordem no artigo 142 da Constituição Federal de 1988 somente veio a ser disciplinada, em âmbito infraconstitucional, com a implantação da Lei Complementar nº 97/99³¹. A normatização desta forma de emprego veio a ocorrer com a aprovação do Decreto no 3.897/2001 (BRASIL, 2014).

O primeiro registro histórico de emprego das FA para garantia da segurança interna no Brasil foi na guerra de Canudos (1896-1897). Na ocasião, houve o emprego de tropa federal do Exército Brasileiro em um confronto contra um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia (SANTOS, 1996).

A Operação de Garantia da Lei e da Ordem é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas FA de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto no 3.897, de 24 de agosto de 2001) (BRASIL, 2015).

Dentre as Hipóteses de Emprego³², existe uma que prevê a capacitação das FA para a participação em operações internas da Garantia da Lei e da Ordem, nos termos da Constituição Federal e nos atendimentos às requisições da Justiça Eleitoral (BRASIL, 2014).

³¹ Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1999/leicomplementar979junho1999377583publicacaoorigin-al-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

³² Trata-se de uma previsão de possível emprego das FA em determinada situação ou área de interesse estratégico para a Defesa Nacional. É elaborada considerando-se o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade de ameaças ao País, sendo perfeitamente caracterizada e mensurável. Com base nas hipóteses de emprego, serão elaborados e atualizados os planos estratégicos e operacionais pertinentes, para possibilitar o contínuo aprestamento do Poder Nacional como um todo, e em particular do Poder Militar, para emprego na defesa dos interesses nacionais (BRASIL, 2015).

Outro fato a ser considerado é que o planejamento das operações deve ser elaborado de forma bem detalhada, em virtude da diversidade com que as perturbações da ordem e as ameaças à segurança das pessoas e do patrimônio podem se apresentar. Sendo assim, os planejamentos devem ser elaborados no contexto de Segurança Integrada³³, podendo prever a participação de outros órgãos e agências, dos níveis Federal, Estadual e Municipal. Apesar disso, deve ser antevisto o emprego isolado das FA quando os instrumentos relacionados no Art. 144 da Constituição Federal forem reconhecidos como indisponíveis ou inexistentes para o desempenho regular de sua missão constitucional (BRASIL, 2014).

O emprego da força nas Op GLO baseia-se na observância dos princípios da razoabilidade³⁴, da proporcionalidade³⁵ e da legalidade³⁶.

Segundo dados levantados pelo Ministério da Defesa, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro, entre o ano de 1992 até o ano de 2017, chegou-se a seguinte distribuição de Op GLO com emprego das FA em quantidades, tipos e números relativos, segundo os quadros abaixo³⁷:

Quadro 1
Op GLO segundo tipo

GLO	TIPO \ LISTA	MD	MB	EB
	Violência Urbana	24	5	21
Greve da PM	18	4	23	
Eventos	32	11	27	
GVA	18	7	12	
Outros	1	0	24	
TOTAL	93	27	107	
NÃO GLO	Apoio Logístico	1	8	18
	CSA	0	0	9
	Faixa de Fronteira	0	0	28
	Prontidão	1	0	3
	Exercício	0	0	2
	Prorrogação	0	4	8
	Mandado Judicial	0	0	3
	Repetição	0	7	5
	TOTAL	2	19	76
TOTAL	TOTAL GERAL	95	46	183

³³ Expressão usada nos planejamentos de garantia da lei e da ordem da força terrestre, com o objetivo de estimular e caracterizar uma maior participação e integração de todos os setores envolvidos.

³⁴ Consiste na compatibilidade entre meios conforme a finalidade. As ações devem ser comedidas e moderadas (BRASIL, 2014).

³⁵ É a correspondência entre a ação e a reação do oponente, de maneira que não haja excesso por parte do integrante da tropa empregada na operação (BRASIL, 2014).

³⁶ Remete à necessidade de que as ações devem ser praticadas de acordo com os mandamentos da lei, não podendo se afastar da mesma, sob pena de praticar-se ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso (BRASIL, 2014).

³⁷ Não foram consideradas Op GLO aquelas cujo o propósito era o apoio logístico a outros órgãos responsáveis pelo esforço principal da ação, aquelas voltadas para a segurança do Presidente da República, os exercícios, as resultantes de prorrogações e/ou operações realizadas sob a mesma autorização, plano ou decreto, por representarem, na verdade, etapas de uma mesma operação, realizada de forma descontinuada ou não, durante um período determinado. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Quadro 2
Op GLO em números relativos, excluindo redundâncias

TIPO	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
Violência Urbana	23	18%
Greve PM	25	19%
Garantia da Votação e Apuração	21	15%
Eventos	38	29%
Outras	25	19%
Total	132	100%

Fonte: Ministério da Defesa, 2018³⁸

De acordo com os quadros apresentados, anteriormente, observamos um grande crescimento no emprego das FA nas Op de GLO desde o ano de 1992. Analisando os gráficos a seguir, verificamos, portanto, que nos últimos 10 anos houve um aumento na quantidade desse tipo de operação, acarretando uma maior necessidade de capacitação e preparo das FA, visando um certo grau de prontidão.

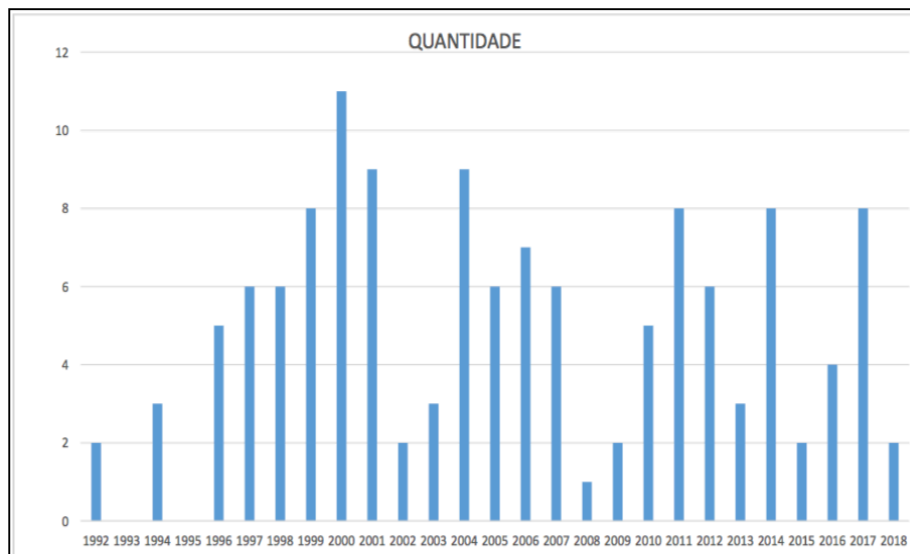


GRÁFICO 1 - Estatística das Op GLO de 1992-2018.

Fonte: Ministério da Defesa, 2018³⁹

³⁸ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 12 jul. 2018

³⁹ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 12 jul. 2018

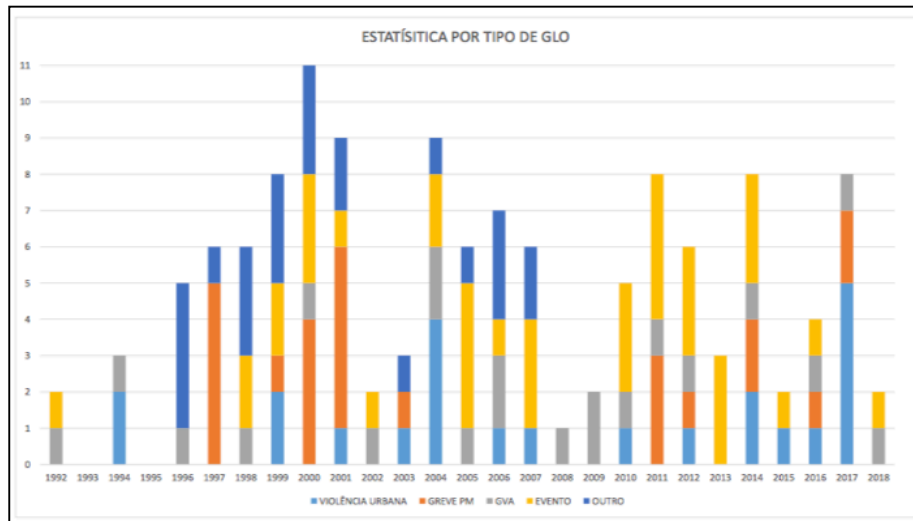


GRÁFICO 2 - Estatística das Op GLO de 1992-2018 por tipo.
Fonte: Ministério da Defesa, 2018⁴⁰.

3.2 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES

A seguir serão apresentadas algumas características das operações que devem ser consideradas durante o planejamento e execução e que contribuem para o entendimento deste trabalho:

3.2.1 Inteligência e Contrainteligência

Nas Op GLO, é fundamental dispor dos conhecimentos necessários acerca da característica área de operações, das características da eventual perturbação da ordem pública, bem como o comportamento da população. Sendo assim, preventivamente, o setor de inteligência deve realizar o acompanhamento e o levantamento de dados de potenciais situações que possam evoluir para ações de perturbação da ordem, a fim de produzir os conhecimentos necessários, que assessorem o Comandante no processo de tomada de Decisão, durante todas

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 12 jul. 2018

as fases da operação. A produção do conhecimento também fornecerá dados imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades de Comunicação Social.

A utilização dos conhecimentos, oriundos de órgãos e agência de inteligência externos às FA, exige uma adequação à situação, que busca a efetiva integração desses órgãos por meio de compartilhamento de informações, antecedendo a ocorrência de fatos motivadores do emprego das FA (BRASIL, 2014).

No que diz respeito à Contrainteligência, as atividades; de salvaguarda do pessoal, do material e das instalações deverão ser implementadas em todos os escalões de Comando, inclusive no próprio Centro de Coordenação de Operações⁴¹. Também é fundamental que, a despeito do caráter episódico, pontual e temporal do emprego das FA nas Op GLO, as informações sobre cada operação deverão ser guardadas sob grau de sigilo adequado (BRASIL, 2014).

3.2.2 Limitação do uso da força e das restrições à população

A intensidade e a amplitude no tempo e no espaço do emprego da força deve limitar-se ao mínimo indispensável. Dessa forma, as ações planejadas devem causar o mínimo impacto possível na rotina diária da população.

O engajamento com os agentes de perturbação da ordem pública deverá ser evitado, pois o uso da força nas Op GLO, em princípio, será gradual e sempre observando as regras de engajamento previstas para a operação. Deverá ser priorizada a utilização de munição não-letal e ou de equipamentos especiais de reduzido poder ofensivo para se evitar danos colaterais⁴² (BRASIL, 2014).

⁴¹ Constitui-se em uma estrutura que materializa e apoia o Comando Operacional. Sua finalidade é planejar as ações e supervisionar a Op GLO, incluindo, se necessário, a participação dos órgãos das esferas federal, estadual e municipal que tenham envolvimento e comprometimento na manutenção da lei e da ordem (BRASIL, 2014).

⁴² É um termo militar utilizado a qualquer dano causado a objetos ou pessoas diferentes do alvo pretendido.

3.3 O PREPARO E EMPREGO DA MB

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa⁴³.

Para o cumprimento da missão citada e da destinação constitucional das FA nas Op GLO, cabe ao Comandante da Marinha o preparo do setor operativo e de apoio da MB, obedecidas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Defesa. Tal preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização, adestramento, desenvolvimento de doutrinas específicas, inteligência e logística. Desta maneira, compete a MB manter, permanentemente, unidades em condições de serem empregadas, tanto de maneira geral, quanto de acordo com suas peculiaridades (BRASIL, 2014).

Segundo a publicação do Ministério da Defesa para Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10, 2ª Edição de 2014, p. 31, a MB possui características específicas que devem ser exploradas de modo a promover a desejada sinergia nas Op GLO conjuntas. Consequentemente, poderá realizar, entre outras, as seguintes ações:

- a) Controlar áreas marítimas litorâneas e ribeirinhas de dimensões limitadas, adjacentes a instalações navais, marítimas ou industriais de valor estratégico;
- b) Transportar e efetuar desembarques administrativos de contingentes e suprimentos militares;
- c) Proteger portos, seus acessos e fundeadouros, estaleiros ou áreas marítimas restritas;

⁴³Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

- d) Proteger plataformas de exploração e de aproveitamento de petróleo e gás, na plataforma continental brasileira ou em águas interiores;
- e) Controlar partes terrestres e áreas litorâneas ou ribeirinhas de dimensões limitadas;
- f) Prover a segurança de autoridades em eventos específicos;
- g) Realizar operações especiais de retomada e de resgate, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e em organizações militares (OM) subordinadas;
- h) Realizar operações em terra, observadas suas aptidões; e
- i) Realizar apoio logístico (BRASIL, 2014).

No caso de emprego singular, a MB empregará Forças-Tarefas constituídas de unidades operativas, navais, aeronavais e de fuzileiros navais, tendo a composição e os meios dependentes da missão, atribuídos e centralizados nos Comandos dos Distritos Navais, sob a supervisão do Comando de Operações Navais (BRASIL, 2014).

No próximo capítulo, buscar-se-á apresentar a situação referente as Op GLO que ocorreram no período de julho de 2017 até janeiro de 2018, afim de se identificar como ocorreram os planejamentos dos GptOpFuzNav empregados.

4 AS OP GLO NO PERÍODO DE JULHO DE 2017 A JANEIRO DE 2018

[...]DETERMINO

1. Ao Comandante do Exército que:

1.1. **Estabeleça um Estado-Maior Conjunto com as demais Forças Singulares**, para coordenação e planejamento das ações de apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, fase Rio de Janeiro, com as autoridades civis competentes;

1.2. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais, eventualmente necessários na constituição do Estado-Maior Conjunto, bem como ao desenvolvimento das ações; e

1.3. Informe ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas as necessidades de recursos financeiros para a realização das atividades.

2. Ao Comandante da Marinha que:

2.1. **Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais necessários para a constituição do Estado-Maior Conjunto, bem como no desenvolvimento das ações;** e

2.2. Informe ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas as necessidades de recursos financeiros para a realização das atividades. [...] (ANEXO B, grifo nosso)

Em consequência da crise na Segurança Pública, várias ações foram desencadeadas por parte do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública⁴⁴ e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, na cidade do Rio de Janeiro, incluindo a possibilidade do emprego das FA em apoio aos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e em ações de GLO. Nesse contexto, com o propósito de contribuir para a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em quadro de normalidade institucional, foi constituído um Estado-Maior Conjunto (EMCj), no Comando Militar do Leste (CML), composto por Oficiais das Forças Singulares, para coordenação e planejamento das ações de apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), fase Rio de Janeiro (ANEXO B).

A MB, representada pelo Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), ativou um GptOpFuzNav para ficar em condições de ser empregado em proveito das operações do Comando Conjunto. As operações foram de curta duração com objetivos pontuais muito

⁴⁴Atualmente, a lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018 criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e transformando o Ministério da Justiça e Segurança Pública em Ministério da Justiça. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018Lei/L13690.htm>. Acesso:21Jul.

bem definidos. Nesse contexto o Comando da Tropa de Desembarque (CmndoTrDbq)⁴⁵ recebeu uma “ordem preparatória⁴⁶” com determinações específicas de preparação e mobilização para a ativação do GptOpFuzNav.

Neste capítulo buscar-se-á apresentar algumas considerações sobre a metodologia de planejamento militar utilizada pelo componente de comando dos GptOpFuzNav nas operações, no período em questão, corroborando com a consubstanciação do objeto de estudo deste trabalho.

4.1 O PLANEJAMENTO DO COMPONENTE DE COMANDO

Realizou-se uma pesquisa de campo, por meio de uma entrevista com os oficiais planejadores, no período de 10 a 28 de junho, a fim de identificar como transcorreu o planejamento das operações. Para isso foi elaborado um questionário individual, conforme Apêndice A, onde constam as questões a seguir:

4.1.1 O Planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada pela MB em sua totalidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no período de Julho a janeiro de 2018?

De acordo com Costa, o PPM foi a base para o planejamento de todas as operações que ocorreram durante seu Comando, pois é a ferramenta utilizada pela MB para a solução de problemas militares. Todavia, para as Op GLO, não houve condições de empregá-lo de forma

⁴⁵É uma Organização Militar do Corpo de Fuzileiros Navais, subordinada diretamente ao ComFFE, cuja a missão é dotar o componente de comando dos GptOpFuzNav de elementos inteiramente voltados ao planejamento e a execução de diversas operações. Disponível em: www.cmdotrbq.mb/trpdbq/?q=node/5. Acesso em: 24jul.

⁴⁶É uma Diretiva que se destina a alertar os Comandantes subordinados sobre operações iminentes, transmitindo-lhes informações já disponíveis e orientações iniciais. Possibilita que medidas preparatórias sejam tomadas, visando a facilitar futuras ações e que estudos e estimativas preliminares sejam iniciados pelos subordinados e pelos integrantes do Estado-Maior (BRASIL, 2006b).

absoluta, em sua totalidade, principalmente pelas peculiaridades desse tipo de operação (APÊNDICE B).

Também, segundo Junior, não em sua totalidade, mas empregou sempre o PPM como base doutrinária para eventuais adaptações (APÊNDICE C).

Da mesma forma, conforme Espiúca, o PPM foi a ferramenta básica, porém, nas Op GLO, houve dificuldade de se seguir a metodologia supracitada em sua totalidade, surgindo, dessa forma, a necessidade de adaptação do PPM / SACEM (APÊNDICE D)

Observa-se que todos os entrevistados concordaram que o PPM foi a ferramenta base para o planejamento, contudo não em sua totalidade, devido as peculiaridades do tipo de operação.

4.1.2 Houve necessidade de adaptação no processo de planejamento?

Costa e Junior afirmaram que houve necessidade de adaptação no processo de planejamento utilizado nas operações (APÊNDICES B e C)

Também Espiúca, em conformidade aplicação do PPM fica prejudicada no CmdoTrDbq, particularmente quando se trata de Operação de GLO (APÊNDICE D).

Verifica-se, portanto, que todos os entrevistados concordam que houve adaptação do PPM, durante as Op GLO que ocorreram durante o período em estudo.

4.1.3- Caso afirmativo, qual foi a adaptação feita?

De acordo com Costa, o fluxograma do apêndice E demonstra, em linhas gerais, a sequência e a maneira utilizada para o planejamento das Op GLO (APÊNDICE B).

De igual maneira, também para Junior, diversas adaptações foram feitas. Sendo assim, a metodologia empregada nas Op GLO tomou como base o PPM, mais especificamente

seguindo a Sequência de Ações de Comando e Estado-Maior – Abreviada (SACEM-A)⁴⁷. Essa escolha da SACEM-A, como base para desenvolver uma metodologia para as Op GLO, ocorreu pela pouca disponibilidade de tempo para o planejamento dessas operações.

Dentro dessa escolha, as principais adaptações ocorreram no formato dos “Briefings” e dos Debates previstos na SACEM-A. Outras peculiaridades também foram consideradas, como por exemplo, o impacto das operações na população civil e no ambiente urbano. Essas considerações foram incluídas nos fatores da decisão e em outras partes da SACEM-A. Também, em virtude da menor complexidade das Op GLO em comparação com as Operações Anfíbias, adaptações foram feitas para agilizar o processo de planejamento, conforme fluxograma mencionado anteriormente (APÊNDICE C).

Para Espiúca, o Estado-Maior daquele Comando de Força, em função da sua experiência acumulada neste tipo de operação, realizou uma adaptação da SACEM e na Nota de Coordenação Doutrinária (Provisória), SACEM-A, já que tais fluxogramas não têm atendido às necessidades e particularidades das Operações de GLO (APÊNDICE D).

Posto isso, verificasse que todos os entrevistados afirmam que o planejamento necessitou de uma adaptação para uma metodologia, em concordância com o PPM, entretanto mais abreviada e mais célere.

4.1.4- *Qual foi o motivo que levou a adaptação do processo de planejamento?*

Segundo Costa, dentre os motivos que levaram a adaptação do processo de planejamento destacam-se:

- a) Pouco tempo disponível entre o recebimento da missão e a execução;

⁴⁷Trata-se de uma metodologia de planejamento abreviado que está em estudo pelo Centro de Desenvolvimento Doutrinário do CFN que consta em uma Nota de Coordenação Doutrinária Provisória. Não foi utilizada no capítulo dois deste trabalho, pelo fato de não ter sido publicada em manual doutrinário.

- b) Necessidade de um Estado-Maior experiente, integrado e com Oficiais e Praças em condições de assumirem, ocasionalmente, mais de uma função;
- c) A inevitável necessidade de manutenção do sigilo até o seu início;
- d) A necessidade de maior compartimentação de informações/dados;
- e) A impossibilidade, na maioria das vezes, de realizar reconhecimentos do terreno;
- d) A grande dependência de busca de informações/dados de agências de inteligência, sem que essa busca não comprometesse o sigilo;
- e) A participação na operação de Forças e Agências com doutrinas de emprego distintas;
- f) A necessidade detalhada de coordenação entre as Forças e Agências participantes desse tipo de operação;
- g) A necessidade constante de dosar o emprego da força, a fim de evitar danos colaterais à população civil, priorizando o emprego de armamento e munição não letais;
- h) A necessidade de tropas bem adestradas e familiarizadas com as tarefas e procedimentos a realizar em operações de GLO;
- i) A necessidade de elaboração de regras de engajamento complexas e detalhadas, por envolverem diversos tipos de situações possíveis de ocorrerem, envolvendo população civil;
- j) A necessidade de registro fotográfico e de filmagens das ações críticas realizadas; e
- l) A possibilidade de presença da mídia em qualquer parte da área de operação (APÊNDICE B).

Para Junior, as Op GLO no Rio de Janeiro, atualmente, mesclam doutrinas do combate convencional, da Guerra Irregular⁴⁸ e das Operações Militares em Área Urbana. Além

⁴⁸Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação

disso, as operações conjuntas tem sido ao mesmo tempo interagências⁴⁹. Dessa maneira, por mais que a base do PPM e da SACEM-A doutrinárias sejam válidas e devam ser seguidas, a doutrina existente necessita de adaptações para otimizar o processo de planejamento destas Op GLO. A principal finalidade das adaptações é garantir a melhor solução para o problema militar vislumbrado com a agilidade necessária.

Ao mesmo tempo que as Op GLO são consideravelmente mais simples que as OpAnf (o que por si só já traz necessidades de adaptação na metodologia), as coordenações necessárias com os OSP e o impacto das operações na população civil e no ambiente urbano trazem novas considerações, que normalmente, não são prioritárias nas operações convencionais. Os fatores mídia e redes sociais tomam novas dimensões em um ambiente aonde, praticamente, todas as ações são monitoradas pela mídia e estão sujeitas a ampla divulgação, pela própria população, nas redes sociais.

Outro motivo relevante das adaptações foi a importância do sigilo durante a fase de planejamento. A troca de informações entre os EM dos componentes, por exemplo, fica consideravelmente restrita, implicando em um nível de planejamento mais detalhado por parte do Componente de Comando (APÊNDICE C).

De acordo com Espiúca, as Operações Furacão, como foram denominadas no período em análise, são demandadas a partir de Ordens de Operação e Ordens Fragmentárias do Comando Conjunto, baseado no Comando Militar do Leste (CML).

Devido ao sigilo necessário ao sucesso destas operações, muitas vezes, tais diretivas superiores, que dão início ao planejamento do CmdoTrDbq, são emitidas de forma

(movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilhas, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão (BRASIL, 2015).

⁴⁹Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. O mesmo que operações em ambiente interagências (BRASIL, 2015).

abreviada e verbal, em um espaço de tempo reduzido, em que não se tem condições de realizar o planejamento em sua totalidade tanto no nível do Componente de Comando quanto nos demais escalões subordinados do GptOpFuzNav.

Para este autor, outro fator que também contribuiu para reduzir o tempo de planejamento foi a imprevisibilidade das operações, pois algumas vezes estava-se elaborando um planejamento e por motivos de força maior mudava-se para outra área de operações, como se pode.

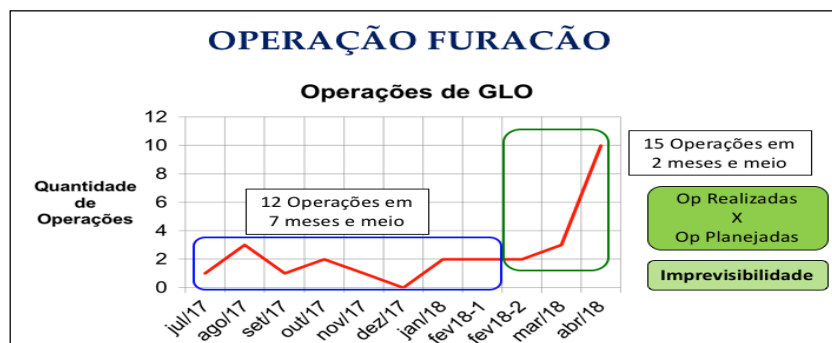


GRÁFICO 3 - Estatística das Operações Furacão
Fonte: O emprego das FA na GLO⁵⁰.

Sendo assim, viu-se a necessidade de adaptação do processo de planejamento de forma que se pudesse manter as suas fases sem que se perdesse a essência da ferramenta, tão importante para um melhor assessoramento ao Comandante para sua tomada de decisão (APÊNDICE D).

Isso posto, observa-se que, dentre os vários motivos que levaram a uma adaptação e abreviação do planejamento das Op GLO pode-se destacar, principalmente, o tempo reduzido para o planejamento, a necessidade de sigilo e a dificuldade de dados de inteligência.

4.1.5- Existe algum aspecto que poderia ser acrescentado sobre o planejamento das Op GLO?

⁵⁰ Apresentação feita no CmdoTrDbq, pelo CF(FN) José Luis de Melo Espiúca em abril de 2018.

De acordo com Espiúca, o planejamento das Op GLO, em função do emprego de tropa em situação real com risco de vida e até mesmo com grande possibilidade de dano colateral junto à população da Zona de Ação onde o GptOpFuzNav venha a ser empregado, é bastante complexo e deve ser encarado com grande importância.

Em função dessas peculiaridades, é mister afirmar a necessidade da composição de um Estado-Maior, para o CmdoTrDbq, que tenha condições de realizar tais planejamentos em curto espaço de tempo, conforme já descrito acima, com o alto nível e detalhamento necessários para o melhor emprego das tropas de primeiro escalão.

Da mesma forma, de modo a obter um melhor resultado durante o emprego das tropas no terreno, deve-se ter atenção no período de preparação das Unidades a serem empregadas neste tipo de Operação. O planejamento de adestramentos específicos, tais como revista de pessoas e veículos, conduta durante apreensões e condução de presos, manuseio e uso de armamento não letal, assim como aspectos jurídicos relacionados ao emprego da tropa, são fundamentais para que o planejamento possa ser executado, de maneira que, os riscos inerentes a este tipo de operação possam ser mitigados (APÊNDICE D).

Outro aspecto relevante a ser considerado é que, em virtude da carência de conhecimentos necessários para o planejamento das operações, o fato de existir um banco de dados e um sistema de compartilhamento de informações operacionais na FFE (SisCOp)⁵¹, contribuiu bastante para a elaboração das Estimativas Preliminares de Inteligência.

Buscar-se-á no próximo capítulo, verificar como foi a aplicabilidade da doutrina de planejamento militar apresentada no capítulo 2 deste estudo com o planejamento que ocorreu efetivamente nas Op GLO, no período de julho de 2017 a janeiro de 2018.

⁵¹Trata-se de uma ferramenta de colaboração do COMFFE, com o propósito de estabelecer um centro de produção, armazenamento e disponibilização de dados e conhecimentos operacionais úteis, tempestivos e protegidos, a partir de qualquer local conectado à RECIM(NORFORESQ N° 20-04)

5 A DOCTRINA DE PLANEJAMENTO MILITAR NAS OPERAÇÕES FURACÃO

Neste capítulo buscar-se-á verificar a aplicabilidade da doutrina de planejamento militar apresentada no capítulo 2, no caso concreto das Operações Furacão, codinome estabelecido pelo Comando Conjunto para as Op GLO que ocorreram no período de julho de 2017 até janeiro de 2018.

Para tanto, serão reapresentadas, a seguir, algumas peculiaridades da doutrina de planejamento militar e da doutrina das Op GLO que foram observadas, nos capítulos anteriores, procurando identificar alguma relação de similaridade ou divergência com as respostas dos oficiais planejadores do componente de comando dos GptOpFuzNav nas operações furacão.

5.1 CONSIDERAÇÕES

Segundo o manual de Planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, o CGCFN - 50, a SACEM constitui-se em uma metodologia de planejamento em que um Comandante e seu EM, seguem um roteiro de desenvolvimento de ações para a execução do PPM. Durante o decorrer do capítulo 2, constatamos que existe um alinhamento coerente entre as etapas das duas metodologias e que a SACEM pode ser aplicada em qualquer tipo de operação. Vimos, ainda, que a SACEM, assim como o PPM, possui a flexibilidade como característica, que permite ela ser usada na solução de qualquer problema militar, não sendo todas suas etapas obrigatoriamente cumpridas, podendo ser desenvolvidas ou, até mesmo, suprimidas.

Também foi visto que, mesmo que o PPM tivesse sido a ferramenta básica doutrinária utilizada pelo CmdoTrDbq, algumas particularidades das Op GLO e outros fatores externos dificultaram a aplicação da metodologia supracitada em sua totalidade, surgindo, desta forma, a necessidade de adaptação da SACEM.

Dessa forma, entende-se que a metodologia utilizada nos planejamentos das operações foi uma adaptação da SACEM, pois não foi possível empregá-la em sua totalidade.

De acordo com os entrevistados, vimos que vários fatores foram motivadores para fazer adaptações, dentre eles: A experiência acumulada pelo CmdoTrDbq, ao longo dos planejamentos, neste tipo de operação; o impacto na população civil e no ambiente urbano; a participação de outras forças e agências com doutrinas e procedimentos diferentes; a maior necessidade de compartimentação de informações, a fim de evitar “vazamento”; o efeito mídia e redes sociais; pouco tempo disponível entre o recebimento da missão e a execução da operação.

Também foi visto que, e em concordância com a opinião deste autor, o motivo considerado como o mais relevante, que levou a necessidade das adaptações, foi a importância do sigilo durante a fase de planejamento que fez com que a troca de informações entre os EM dos componentes, por exemplo, ficasse consideravelmente restrita, implicando em um nível de planejamento mais detalhado por parte do Componente de Comando. Também, em consequência da necessidade do sigilo para o sucesso das operações Furacão, muitas das vezes as diretrizes superiores, que deram início ao planejamento do CmdoTrDbq, foram emitidas de forma abreviada e verbal, com carência de informações de inteligência, em um espaço de tempo reduzido. Sendo assim, essa situação não permitiu condições de realizar o planejamento em sua totalidade, tanto no nível do Componente de Comando quanto nos demais escalões subordinados do GptOpFuzNav.

Dessa maneira, pode-se inferir que as adaptações feitas no PPM/SACEM foram no intuito de tornar o planejamento mais abreviado e célere.

5.2 SIMILARIDADES

De acordo com o fluxograma da SACEM adaptada no Apêndice E, observa-se que, a partir do recebimento da Diretiva do Comando Conjunto, as ações tomadas pelo Comandante e seu EM, durante o que seria a etapa 1 - Exame da Situação, cumprem as fases de: Análise da missão; Situação e sua compreensão; Possibilidades do inimigo; Linha de ação e Decisão da mesma forma que o PPM, contudo, observa-se a formulação de uma única linha de ação, cujo seu aperfeiçoamento será, fundamentalmente, apoiado pela técnica de “debate”, com ampla participação do EM.

Isso posto, pode-se inferir que as principais adaptações ocorreram no formato dos “*briefings*” e debates, a fim de acelerar o processo de planejamento.

A fim de se observar alguma similaridade com as metodologias estudadas no decorrer do capítulo 2, foi visto que o R2P2 é utilizado quando se necessita operar com restrição de tempo. A velocidade que uma Unidade pode planejar uma operação varia de acordo com a complexidade da missão, a experiência do Comandante e seu EM e dos fatores da decisão. Foi visto, também, que o sucesso desta metodologia é alcançado por meio da simultaneidade do andamento do processo com a preparação dos requisitos da missão, o que permite ao Comandante um maior envolvimento para chegar a uma Decisão em poucas horas. Observamos, ainda, que é demandado um elevado nível de prontidão da Unidade em termos de Procedimentos Operativos Padronizados, adestramento, banco de dados, disponibilidade de agências de busca e integração com o escalão superior, durante o processo de planejamento.

De acordo com os entrevistados, contatou-se que, durante as operações Furacão, as Unidades empregadas realizaram adestramentos específicos para as Op GLO, a utilização do banco de dados do SisCOP foi fundamental para a elaboração das Estimativas de Inteligência e houve um estabelecimento de prontidão das Unidades operativas a partir das Ordens de Alerta do ComFFE.

Desta maneira, observa-se uma similaridade desta metodologia de planejamento, utilizada pelos GptOpFuzNav nas operações Furacão, com o R2P2.

5.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

De acordo com a comparação realizada neste capítulo, foi possível constatar que, em que pese ter havido adaptações na metodologia de planejamento das operações Furacão, cuja principal finalidade foi garantir a melhor solução do problema militar com a agilidade necessária, estas alterações na metodologia não modificaram, significativamente, e nem retiraram nenhuma das cinco fases da etapa 1 do PPM; sendo necessários, portanto, alguns ajustes, como a formulação e o aperfeiçoamento de uma única LA.

Outro importante aspecto constatado foi que a metodologia de planejamento adaptada possui similaridades com o R2P2, que requer alguns requisitos para se obter o sucesso da operação. Para que esse método seja eficaz, é necessário um EM experiente e bem integrado; o estabelecimento de procedimentos operacionais padrões e uma postura próativa da inteligência (acompanhamento da evolução situacional de potenciais problemas).

Face ao exposto, ficou evidenciado a característica de flexibilidade do método de planejamento, o qual permitiu a adaptação do PPM para a solução do problema.

6 CONCLUSÃO

A crise na segurança pública é percebida em praticamente todo o território brasileiro. Sendo cada vez mais frequente o emprego das FA nas Op GLO.

O presente trabalho teve por finalidade estudar a metodologia de planejamento militar que tem sido utilizada pelo Componente de Comando dos GptOpFuzNav empregados pela MB nas operações.

Para tal, esta pesquisa se desenvolveu na busca da resposta à seguinte pergunta: o planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada na MB, em sua totalidade, nas Op GLO no período de Julho de 2017 a janeiro de 2018? A hipótese inicial considerada para o desenvolvimento deste trabalho foi que, o planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav empregados no referido período foi adaptado.

Para o desenvolver este trabalho, no capítulo dois foram estudados os conceitos acerca da metodologia do planejamento militar, tendo como referencial teórico a doutrina vigente na MB e um processo utilizado pelo USMC, de forma a haver uma ambientação acerca do assunto em tela, citando suas características e particularidades. Durante os apontamentos foi definido que a abordagem do estudo seria realizada somente na etapa - 1 do PPM -“Exame de Situação” ou equivalente nas metodologias de planejamento da SACEM e do R2P2, até a fase da “tomada de decisão”.

No capítulo seguinte, foram abordados os aspectos inerentes à Garantia da Lei e da Ordem e as peculiaridades das Op GLO, que respaldam as ações realizadas nesse tipo de operação à luz da doutrina vigente no Ministério da Defesa e da legislação brasileira. A partir de então, foi possível identificar algumas características que devem ser consideradas durante o planejamento e execução dessas operações, tais como: a fundamental importância da inteligência e da contrainteligência; o entendimento sobre a limitação do uso da força e das

restrições a população e bem como compreender o que cabe a MB no seu preparo e emprego em operações conjuntas ou singulares.

No capítulo 4, realizou-se um estudo nas Op GLO que ocorreram no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, por meio de análise das respostas dos oficiais planejadores do Componente de Comando dos GptOpFuzNav entrevistados e da própria experiência do autor. Desta maneira, pôde-se entender a teoria aplicada até então em uma situação real, detalhando como se comportou a metodologia de planejamento militar utilizada. Permitiu identificar as adaptações feitas no planejamento deste tipo de operação e quais os motivos que corroboraram para isso. Deste estudo foi possível obter conteúdo de interesse para se confrontar com a hipótese proposta.

Finalmente, no capítulo 5 foi feita uma correlação entre as concepções teóricas das metodologias de planejamento militar, vigentes na MB e no USMC, apresentadas no início do trabalho, com a que foi utilizada para planejar as Op GLO desencadeadas no período do estudo. Isso permitiu identificar os argumentos para responder à questão do estudo.

Sendo assim, no decorrer dos capítulos apresentados neste trabalho conseguiu-se identificar algumas conclusões mais relevantes como se segue abaixo:

As metodologias de planejamento vigentes na MB, tanto o PPM quanto a SACEM, são utilizadas para elaborar planos completos e bem estruturados que demandam uma considerável disponibilidade de tempo, (dias ou até semanas) para a tomada de decisão, ao passo que o R2P2 permite chegar a decisão para solucionar um problema em horas de planejamento, desde que se observe alguns requisitos específicos.

As Op GLO possuem alguns aspectos peculiares que tiveram que ser considerados e que corroboraram para a adaptação da metodologia de planejamento, tais como: o impacto na população civil e no ambiente urbano; a participação de outras forças e agências; o efeito mídia e redes sociais dentre outros. Mas pode-se destacar, principalmente, o tempo reduzido para o

planejamento, a necessidade de sigilo e a dificuldade de dados de inteligência.

As adaptações feitas na metodologia de planejamento utilizada nas operações Furacão não foram significativas e estavam de acordo com o PPM, o que evidenciou a sua característica de flexibilidade de adaptar-se a metodologia de planejamento para solucionar o problema.

Dessa forma, alcançou-se o propósito deste trabalho, pois concluímos que, realmente, no período de julho de 2017 a janeiro de 2018, o planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav empregados foi adaptado.

Tais conclusões são relevantes, pois existe uma forte tendência do aumento da participação das FA neste tipo de operação.

Nesse contexto, em virtude do momento vivido, não somente na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o território brasileiro, diversas são as possibilidades de emprego das FA em apoio aos OSP, sendo esta, uma nova realidade a qual a MB deve estar preparada.

Dessa forma, na opinião deste autor, faz-se necessário a continuidade dos estudos sobre uma metodologia que atenda a necessidade de se planejar em um pequeno intervalo de tempo, proporcionando uma resposta rápida à solução de um problema militar que necessite celeridade, mas que seja adequada a realidade e contribua para a prontidão do CFN e da MB.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1. **Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2013. 57 p.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-50. **Manual de Planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2008. 128 p.
- _____. Estado Maior da Armada. EMA-331. **Manual de Planejamento Operativo da Marinha**. Brasília: Marinha do Brasil, Volume 1, 2006. 112 p.
- _____. Estado Maior da Armada. EMA-331. **Manual de Planejamento Operativo da Marinha**. Brasília: Marinha do Brasil, Volume 2, 2006. 31 p.
- _____. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. Brasília: Marinha do Brasil, 2017
- _____. Ministério da Defesa. MD33-M-10. **Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília: Ministério da Defesa, 2ª Ed, 2014. 66 p.
- _____. Ministério da Defesa. MD35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 5ª Ed, 2015. 292 p.
- _____. SILVA, Marcelo Willian Monteiro da. O Processo de Planejamento Militar (PPM) e o Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas (PPC). **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, n.10, p. 54-69, Dez. 2007. 84 p.
- FERREIRA, Amaro Vieira. **O emprego das Forças Armadas na Segurança Pública: Questões Jurídicas e Peculiaridades da Atuação no Contexto do SisFron**. **Monografia da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro. 2012. 55p.
- FRANÇA, Júnia Lessa, VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8.ed. ver. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p. (Aprender).
- SANTOS, Jorge Calvário dos. **Guerra de Canudos: Uma Apreciação Estratégica**. **Monografia da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro. 1996. 69p.
- UNITED STATES. LETHIN. Clarke R. 1st Marine Division and Operation IRAQUI FREEDOM. **Marine Corps Gazette**. Quantico, Vol 88, p.22-25, Feb. 2004. 64 p.
- _____. Marine Corps. MCWP 5-10: **Marine Corps Planning Process**. Washington: Department of The Navy, 2016. 179 p.
- _____. Marine Corps. MCRP 5-1A: **Doctrinal References for Expeditionary Maneuver Warfare**. Washington: Department of The Navy, 2002. 123 p.

WADOVISK, Rodolfo Castelo Branco. **Processo de Planejamento Militar**. Aula expositiva ministrada para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários em 2011. Rio de Janeiro, 2011.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS PLANEJADORES DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE (JULHO 2017 A JANEIRO 2018)

1- O planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada pela MB em sua totalidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no período de Julho a janeiro de 2018?

2- Houve necessidade de adaptação no processo de planejamento?

3- Caso afirmativo, qual foi a adaptação feita?

4- Qual foi o motivo que levou a adaptação do processo de planejamento?

5- Existe algum aspecto que poderia ser acrescentado sobre o planejamento das Op GLO?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS PLANEJADORES DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE (JULHO 2017 A JANEIRO 2018)

POSTO E NOME: CMG(FN) JÚLIO CESAR **FRANCO** DA COSTA

FUNÇÃO: COMANDANTE DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE

1- *O planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada pela MB em sua totalidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no período de Julho a janeiro de 2018?*

R: O PPM foi a base para o planejamento de todas as operações realizadas durante meu Comando, pois é a ferramenta utilizada pela MB para a solução de problemas militares. Entretanto, para as operações de GLO, não houve condições de empregá-lo de forma absoluta, em sua totalidade, principalmente pelas peculiaridades desse tipo de operação, quais sejam, entre outras, relacionadas diretamente aos fatores da decisão:

- pouco tempo disponível entre o recebimento da missão e a execução;
- necessidade de um Estado-Maior experiente, integrado e com Oficiais e Praças em condições de assumirem, ocasionalmente, mais de uma função;
- imperiosa necessidade de manutenção do sigilo até o seu início;
- necessidade de maior compartimentação de informações/dados;
- impossibilidade, na maioria das vezes, de realizar reconhecimentos do terreno;
- grande dependência de busca de informações/dados de agências de inteligência, sem que essa busca não comprometa o sigilo;
- participação na operação de Forças e Agências com doutrinas de emprego distintas;
- necessidade de detalhada coordenação entre as Forças e Agências participantes desse tipo de operação;
- necessidade constante de dosar o emprego da força a fim de evitar danos colaterais à população civil, privilegiando o emprego de armamento e munição não letais;
- necessidade de evitar o emprego de militares que residam nas áreas de operação ou que operem devidamente camuflados (balaclavas);
- necessidade de avaliação detalhada sobre o emprego de tropas de operações especiais;
- possibilidade de presença da mídia em qualquer parte da área de operação;
- importância do emprego de viaturas blindadas nos momentos iniciais das operações;
- necessidade do estabelecimento de Delegacias de Polícia Judiciária Militar próximas das áreas de operação;
- necessidade de tropas adestradas e familiarizadas com as tarefas e procedimentos a realizar em operações de GLO;
- necessidade de registro fotográfico e em filmagens das ações críticas a realizar;
- necessidade de regras de engajamento complexas e detalhadas, por envolverem diversos tipos de situação possíveis de ocorrerem envolvendo população civil;
- utilização intensiva de meios de comando e controle, especialmente, com mobilidade e recursos tecnológicos adequados;
- necessidade de apoio de saúde cerrado às tropas em 1º escalão;
- necessidade de apoio de escoltas de batedores para fazer frente ao trânsito caótico da cidade do Rio de Janeiro; e
- necessidade do emprego de Destacamentos Femininos para revistas em mulheres e crianças;
- dificuldade, durante as operações, de se ocupar Postos de Observação (PO).

2- Houve necessidade de adaptação no processo de planejamento?

R. Sim.

3- Caso afirmativo, qual foi a adaptação feita?

R. O fluxograma apresentado pelo Espiúca demonstra, em linhas gerais, a sequência utilizada para o planejamento das operações de GLO.

4- Qual foi o motivo que levou a adaptação do processo de planejamento?

R. Ver resposta à pergunta 1.

5- Existe algum aspecto que poderia ser acrescentado sobre o planejamento das Op GLO?

R. Não.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS PLANEJADORES DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE (JULHO 2017 A JANEIRO 2018)

POSTO E NOME: CF(FN) ADILSON **CAPUCCI** JUNIOR

FUNÇÃO: CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE

1- *O planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada pela MB em sua totalidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no período de Julho a janeiro de 2018?*

R: Não em sua totalidade, mas empregou sempre o PPM como base doutrinária para eventuais adaptações.

2- *Houve necessidade de adaptação no processo de planejamento?*

R: Sim.

3- *Caso afirmativo, qual foi a adaptação feita?*

R: Diversas adaptações foram feitas.

A metodologia empregada nas Op GLO tomou como base o PPM, mais especificamente seguindo a Sequência de Ações de Comando e Estado-Maior – Abreviada (SACEM-A). Essa escolha da SACEM-A como base para desenvolver uma metodologia para as Op GLO ocorreu pelo pouco tempo disponível para o planejamento dessas operações.

Dentro dessa escolha, as principais adaptações ocorrerem no formato dos *Briefings* e dos Debates previstos na SACEM-A. Outras peculiaridades também foram consideradas, como por exemplo, as considerações sobre o impacto das operações na população civil e no ambiente urbano. Essas considerações foram incluídas nos fatores da decisão e em outras partes da SACEM-A. Também, em virtude da menor complexidade das Op GLO em comparação com as OpAnf, adaptações foram feitas para agilizar o processo de planejamento.

O resultado destas adaptações está na forma de um fluxograma que segue anexo a estas respostas.

4- *Qual foi o motivo que levou a adaptação do processo de planejamento?*

R: As atuais operações de GLO no Rio de Janeiro mesclam doutrinas do combate convencional, da Guerra Irregular e das Operações Militares em Área Urbana. Além disso, são cada vez mais operações conjuntas e interagências. Por mais que a base do PPM e da SACEM-A doutrinárias sejam válidas e devam ser seguidas, a doutrina existente necessita de adaptações para otimizar o processo de planejamento destas Op GLO. O principal motivo das adaptações é garantir a melhor solução para o problema militar vislumbrado com a agilidade necessária.

Ao mesmo tempo que as Op GLO são consideravelmente mais simples que as OpAnf (o que por si só já traz necessidades de adaptação na metodologia), as coordenações necessárias com

os Órgãos de Segurança Pública e o impacto das operações na população civil e no ambiente urbano trazem novas considerações que normalmente não são prioritárias nas operações convencionais. O próprio fator mídia e redes sociais toma novas dimensões em um ambiente aonde praticamente todas as ações são monitoradas pela mídia e estão sujeitas a ampla divulgação, pela própria população, nas redes sociais.

Outro motivo relevante das adaptações foi a importância do sigilo durante a fase de planejamento. A troca de informações entre os EM dos componentes, por exemplo, fica consideravelmente restrita, implicando em um nível de planejamento mais detalhado por parte do Componente de Comando.

5- Existe algum aspecto que poderia ser acrescentado sobre o planejamento das Op GLO?

R: N/C.

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS PLANEJADORES DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE (JULHO 2017 A JANEIRO 2018)

POSTO E NOME: CF(FN) JOSÉ LUÍS DE MELO ESPIÚCA

FUNÇÃO: OFICIAL DE OPERAÇÕES DO COMANDO DA TROPA DE DESEMBARQUE

1- O planejamento do Componente de Comando dos GptOpFuzNav seguiu a metodologia de Planejamento Militar utilizada pela MB em sua totalidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no período de Julho a janeiro de 2018?

A metodologia do Processo de Planejamento Militar (PPM) em uso na MB conduz o grupo de planejadores para a condução de um processo lógico para que se alcance uma possível solução para o problema militar apresentado.

Quando bem conduzido, de forma detalhada, este PPM abrange várias áreas atinentes a diversas funções de Estado Maior o que permite ao Comandante uma gama enorme de conhecimentos acerca da situação em estudo e do problema a ser resolvido de forma que este possa chegar a uma decisão.

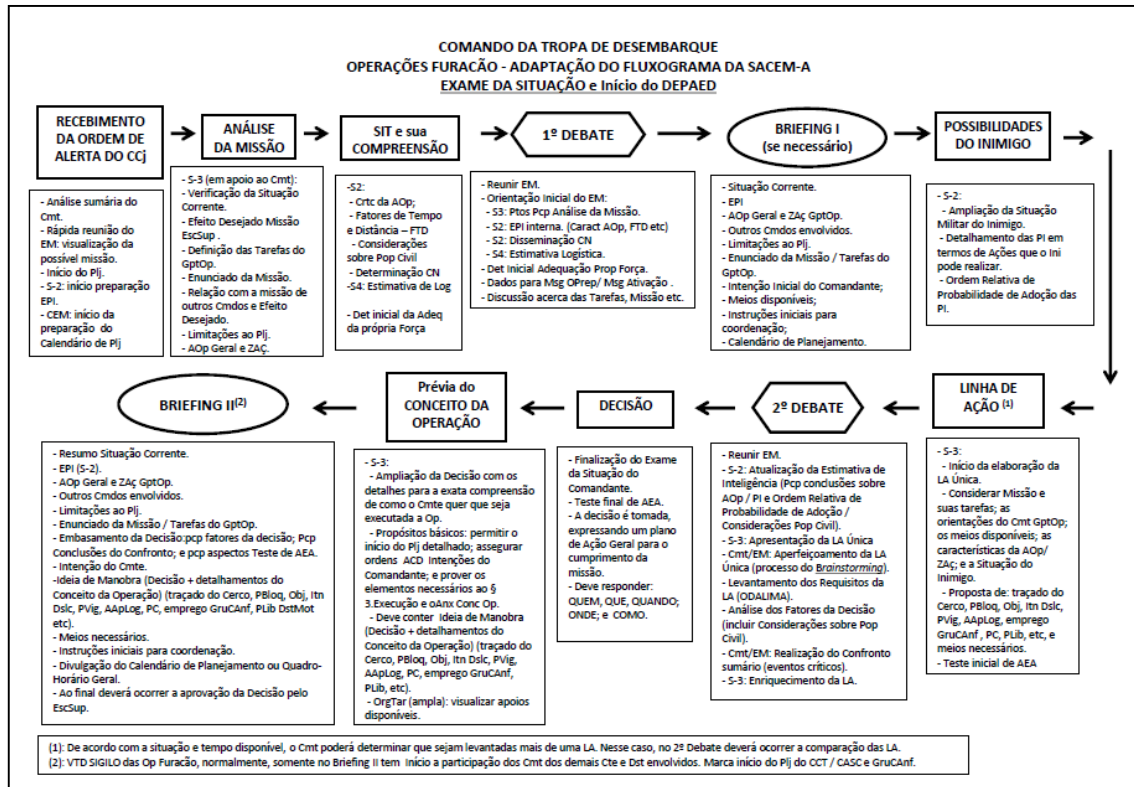
O CmdoTrDbq, Unidade que nucleia o Componente de Comando dos GptOpFuzNav, utiliza o PPM como ferramenta básica para seus planejamentos. Particularmente naqueles atinentes a Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), houve, no período considerado, dificuldade de se seguir a metodologia supracitada em sua totalidade, surgindo, desta forma, a necessidade de adaptação do PPM / SACEM.

2- Houve necessidade de adaptação no processo de planejamento?

Conforme respondido acima, em função de diversos fatores, a aplicação do PPM em sua totalidade fica prejudicada no CmdoTrDbq, particularmente quando se trata de Operação de GLO. Desta forma, o Estado Maior deste Comando de Força, em função da sua experiência acumulada neste tipo de operação, realizou uma adaptação da SACEM que consta no CGCFN-50 (Anexo A) e na Nota de Coordenação Doutrinária (Provisória) (NCD-P), N° P-002/2016, SACEM-A (Abreviada), já que tais fluxogramas não têm atendido às necessidades e particularidades das Operações de GLO.

3- Caso afirmativo, qual foi a adaptação feita?

Tomando como referência principalmente a SACEM-A constante da NCD-P N° P-002/2016, levando-se em consideração as particularidades das Operações de GLO que foram realizadas no período foco deste trabalho, foi realizada uma adaptação com um fluxograma que representa o EXAME DA SITUAÇÃO e o DEPAED de maneira simplificada, de modo que o Estado Maior do CmdoTrDbq tenha como base uma ferramenta para que não pule totalmente nenhuma fase do PPM original. Assim sendo, tal proposta visa orientar o EM na condução de seus trabalhos dentro do tempo e das informações disponíveis. Segue abaixo a adaptação citada:



4- Qual foi o motivo que levou a adaptação do processo de planejamento?

As Operações Furacão, como foram denominadas no período em análise, são demandadas a partir de Ordens de Operação e Ordens Fragmentárias do Comando Conjunto, baseado no Comando Militar do Leste (CML).

Em função do sigilo necessário ao sucesso destas operações, muitas vezes tais diretivas superiores, que dão início ao planejamento do CmdoTrDbq, são emitidas de forma abreviada e verbal, em um espaço de tempo em que não se tem condições de realizar o planejamento em sua totalidade tanto no nível do Componente de Comando quanto no escalão do Componente de Combate Terrestre do GptOpFuzNav.

Desta forma, viu-se a necessidade de adaptação do processo de planejamento de forma que se pudesse manter as suas fases sem que se perdesse a essência da ferramenta, tão importante para um melhor assessoramento ao Comandante para sua tomada de decisão.

5- Existe algum aspecto que poderia ser acrescentado sobre o planejamento das Op GLO?

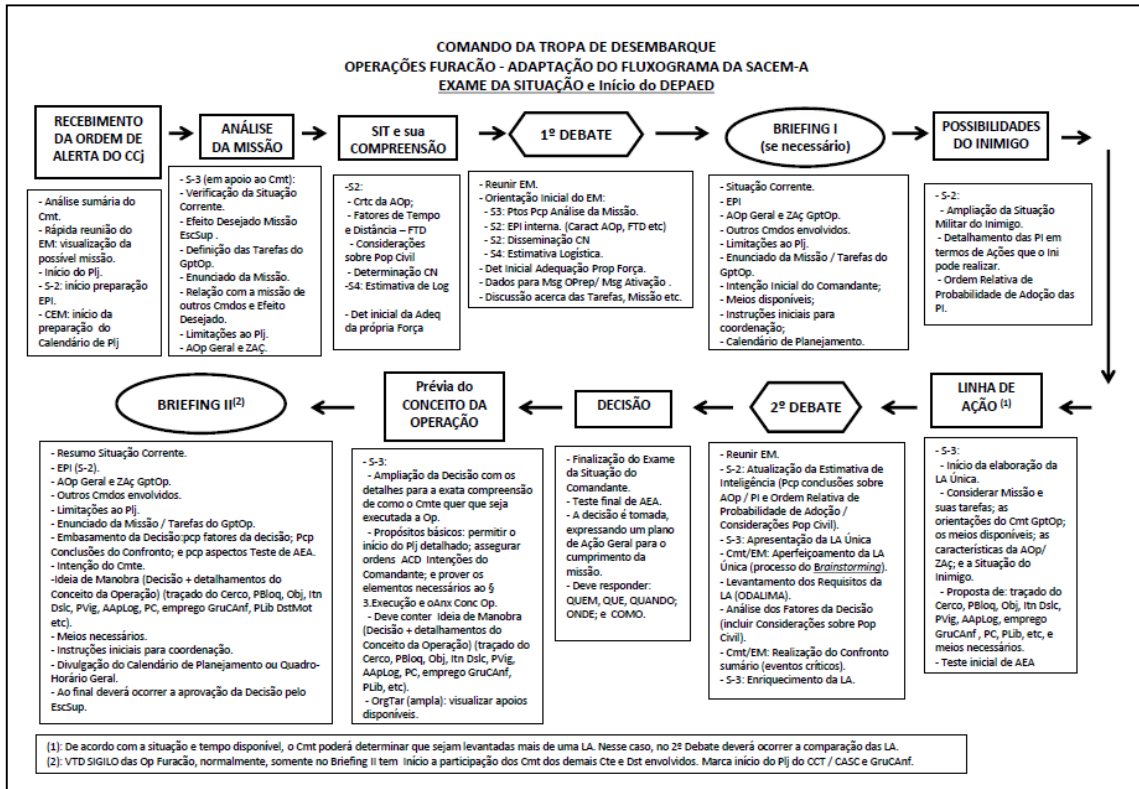
O planejamento das Operações de GLO, em função do emprego de tropa em situação real com risco de vida e até mesmo com grande possibilidade de dano colateral junto à população da Zona de Ação onde o GptOpFuzNav venha a ser empregado, é bastante complexo e deve ser encarado com grande importância.

Em função destas peculiaridades, é mister afirmar a necessidade da composição de um Estado Maior para o CmdoTrDbq que tenha condições de realizar tais planejamentos em curto espaço de tempo, conforme já descrito acima, com o alto nível e detalhamento necessários para o melhor emprego das tropas de primeiro escalão.

Da mesma forma, de modo a obter um melhor resultado durante o emprego das tropas no terreno, deve-se ter atenção à preparação das Unidades a serem empregadas neste tipo de Operação. O planejamento de adestramentos específicos, tais como revista de pessoas e

veículos, conduta durante apreensões e condução de presos, manuseio e uso de armamento menos letal, assim como aspectos jurídicos relacionados ao emprego da tropa, são fundamentais para que o planejamento possa ser posto em prática, minimizando assim, os riscos inerentes a este tipo de operação.

APÊNDICE E



Fonte: ESPIÚCA. José Luis de melo, 2018.

ANEXO A

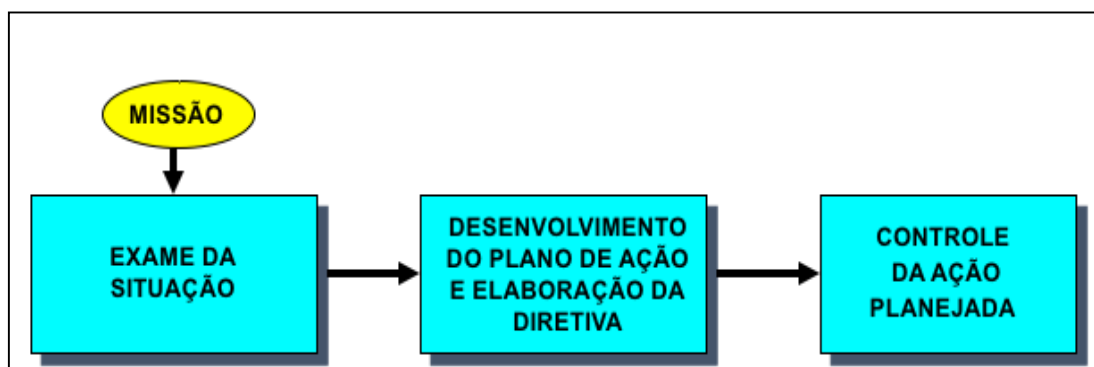


Figura 1 – Etapas do PPM
Fonte: WADOVISKI, 2011.

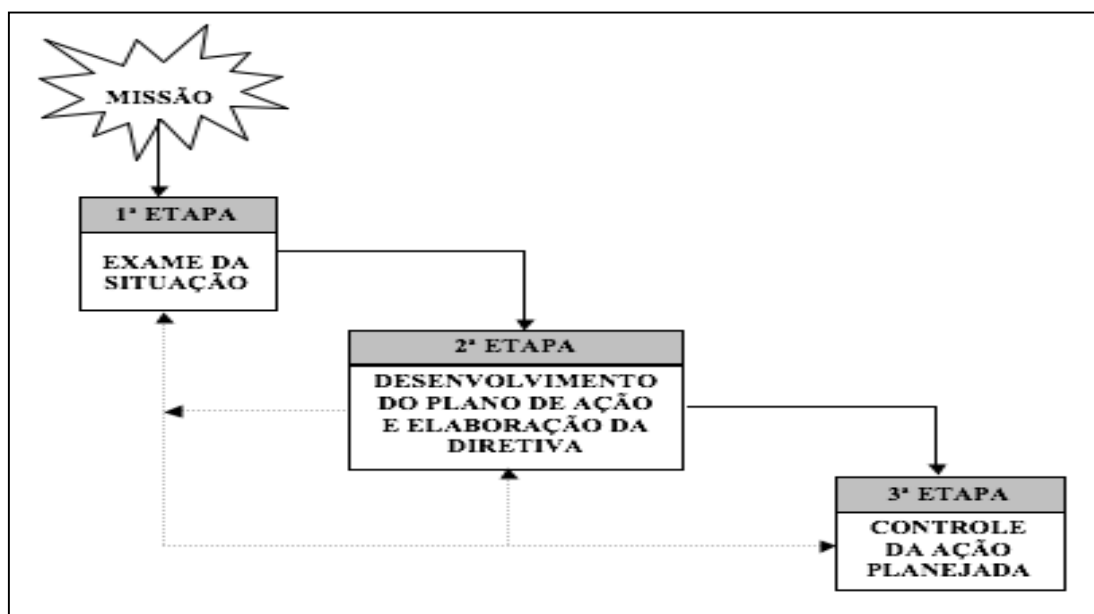


Figura 2 – Sequência lógica das etapas do PPM
Fonte: BRASIL, 2006.

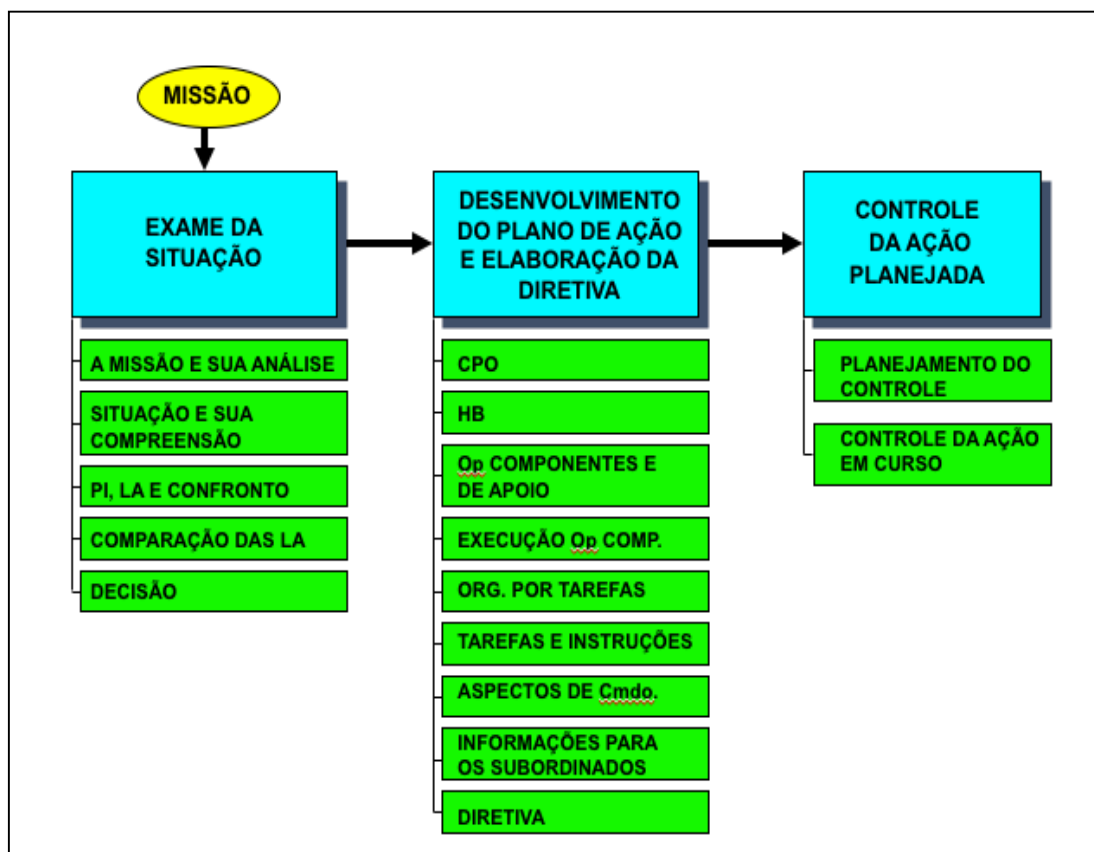


Figura 3 – Fases das etapas do PPM
 Fonte: WADOVISKI, 2011.

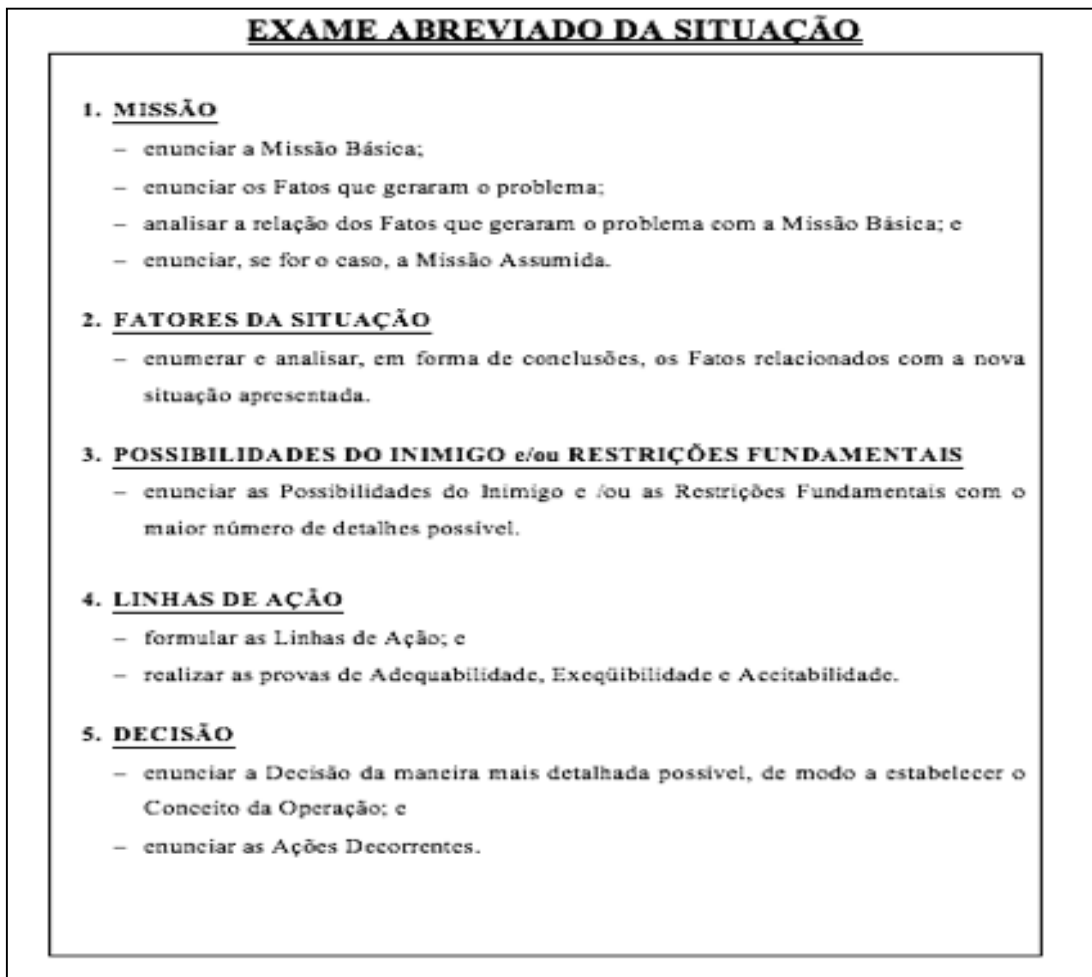


Figura 4 – Fases do Exame Abreviado da Situação
Fonte: BRASIL, 2006

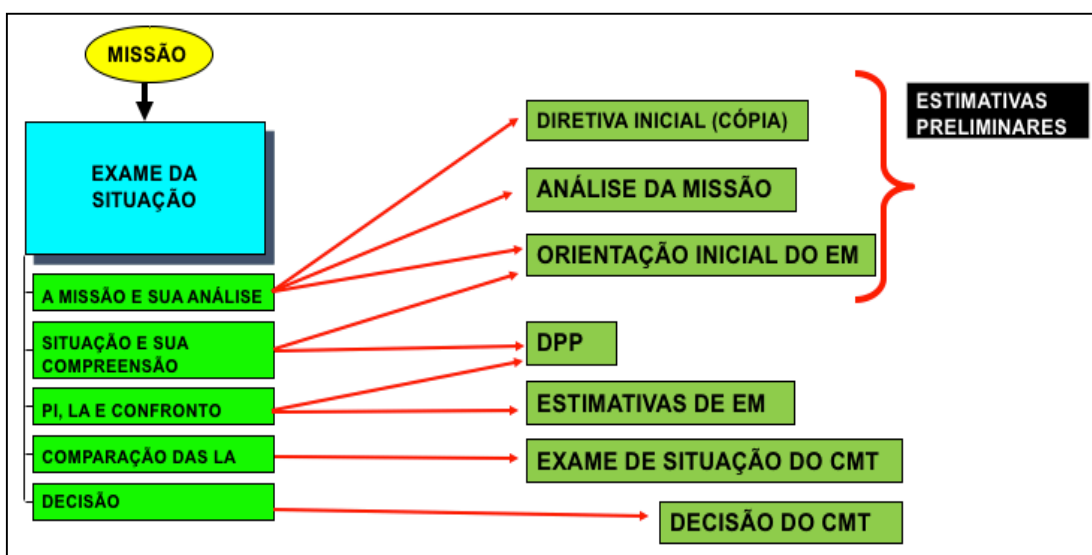


Figura 5 – Correlação entre o PPM e a SACEM
Fonte: WADOVISKI, 2011.

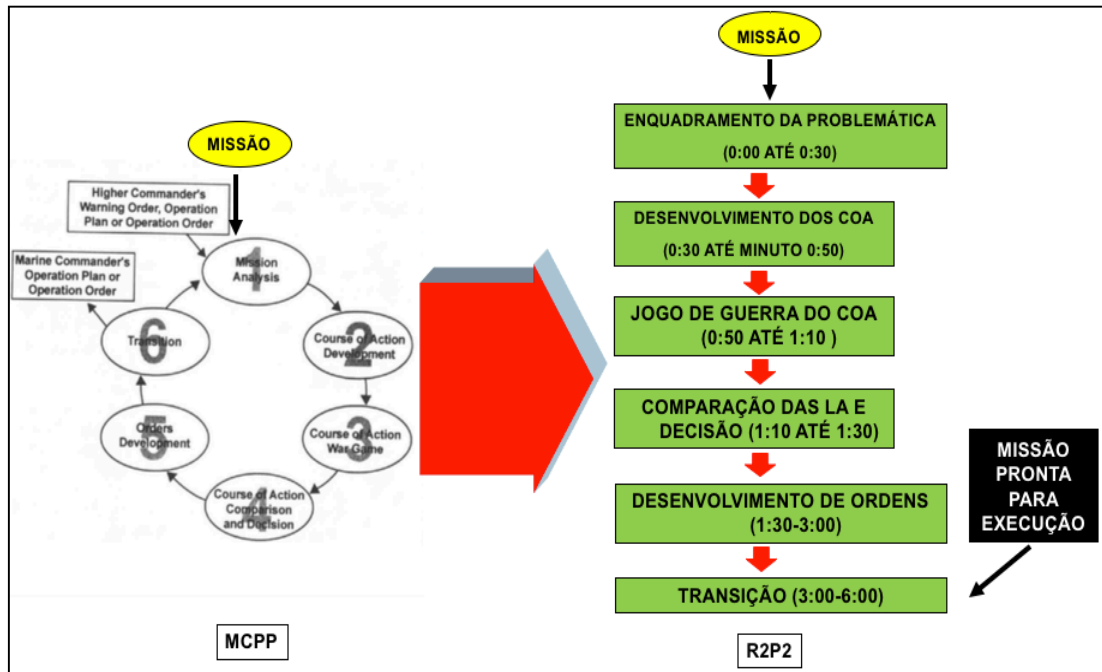


Figura 6 – Correlação entre o MCPP e a R2P2
 Fonte: USA, 2016

Brasília, 21 de julho de 2017.

DIRETRIZ MINISTERIAL Nº 16 /2017

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, FASE RIO DE JANEIRO

Em razão de determinação recebida do Exmo. Sr. Presidente da República, para o desencadeamento de ações por parte deste Ministério, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, na cidade do Rio de Janeiro, incluindo a possibilidade de emprego das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a fim de contribuir para a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio,

DETERMINO

1. Ao Comandante do Exército que:
 - 1.1. Estabeleça um Estado-Maior Conjunto com as demais Forças Singulares, para coordenação e planejamento das ações de apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, fase Rio de Janeiro, com as autoridades civis competentes;
 - 1.2. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais, eventualmente necessários na constituição do Estado-Maior Conjunto, bem como ao desenvolvimento das ações; e
 - 1.3. Informe ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas as necessidades de recursos financeiros para a realização das atividades.
2. Ao Comandante da Marinha que:
 - 2.1. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais necessários para a constituição do Estado-Maior Conjunto, bem como no desenvolvimento das ações; e
 - 2.2. Informe ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas as necessidades de recursos financeiros para a realização das atividades.
3. Ao Comandante da Aeronáutica que:
 - 3.1. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais necessários para a constituição do Estado-Maior Conjunto, bem como no desenvolvimento das ações; e

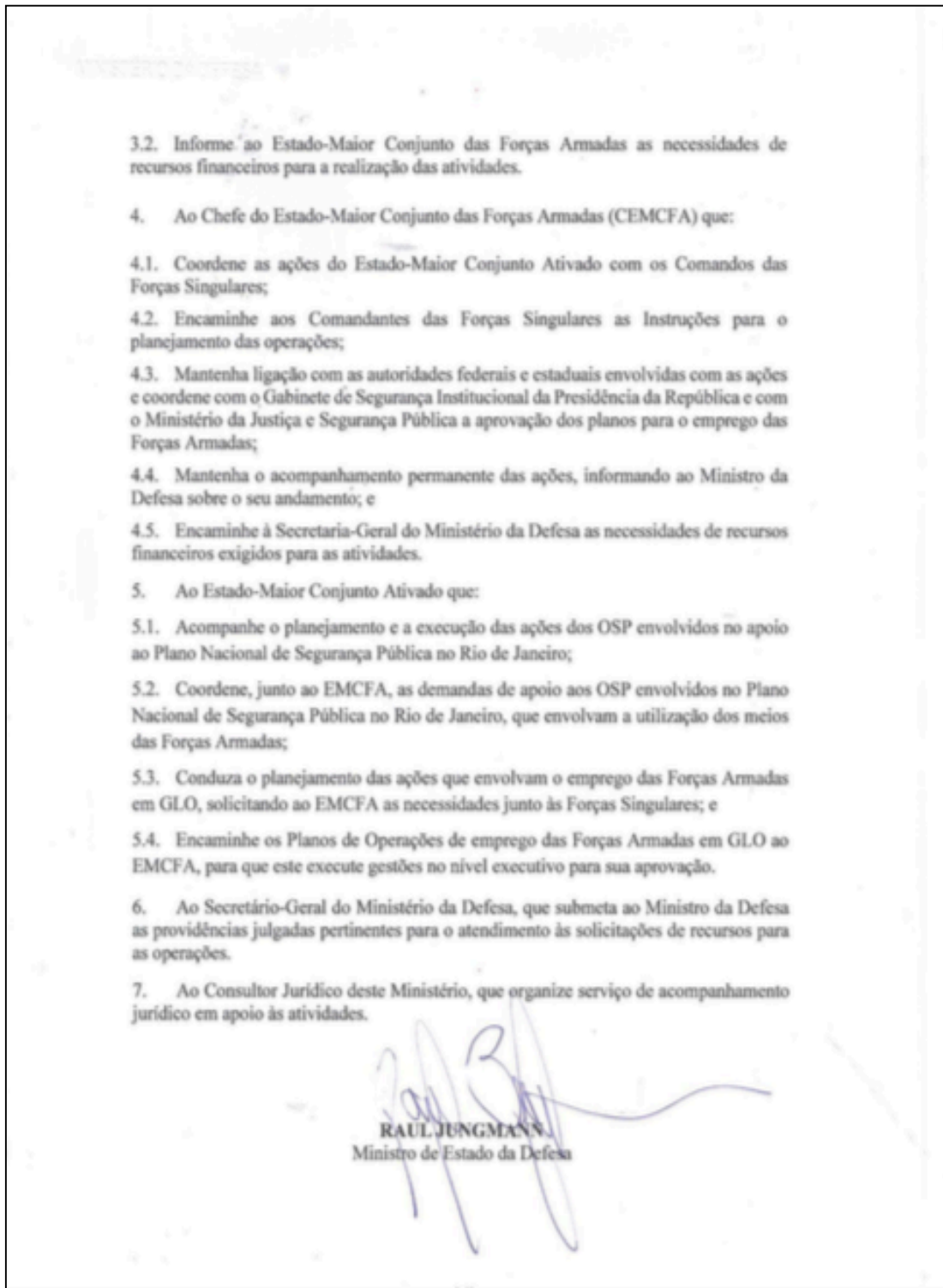


Figura 7 - Diretriz Ministerial nº 16/2017
Fonte: Ministério da Defesa, 2017⁵².

⁵² Arquivo pessoal do autor.